



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA
E
COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

PRESIDENTE: JOÃO ANANIAS

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 12 de maio de 2026

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Tumulto

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 1 DE 58

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) - Muito bom dia a todas e todos. Peço que os Vereadores registrem presença com áudio e vídeo.

Presentes neste plenário: Vereadora Janaina Paschoal, Vereadora Silvia da Bancada Feminista, Vereador João Ananias, Vereadora Keit Lima, Vereador Silvão Leite.

Acho que não há mais nenhum outro Vereador. Se houver Vereadores de forma virtual, peço que registrem presença.

Quero convidar a Secretária de Gestão, Sra. Marcela Arruda, para compor a Mesa conosco.

Peço que a nossa assessoria me informe se a Secretaria da Educação ou mais alguma outra Secretaria já se faz presente, para que também venham compor a nossa Mesa.

Eu sei que o chefe de gabinete da Secretaria Municipal de Educação está a caminho, mas eu gostaria que a Sra. Helena de Souza Marcon também viesse compor a nossa Mesa.

Declaro abertos os trabalhos da 1ª Audiência Pública conjunta que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa e a Comissão de Finanças e Orçamento realizam hoje, 12 de maio de 2026. Esta audiência pública foi convocada para discutir a seguinte matéria: PL nº 354/2026, do Poder Executivo, Ricardo Nunes. Dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais referente ao ano de 2026, na forma que especifica.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida no *site* e no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo, e que a realização desta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade* desde 7 de maio; e foi publicada no jornal *O Estado de São Paulo* em 8 de maio, e no jornal *Folha de São Paulo* em 11 de maio.

As inscrições para a participação do público foram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo em 6 de maio, devendo os inscritos pelo *site* participar pela plataforma *on-line*, conforme *link* enviado por *e-mail*. O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever com a secretaria desta Comissão.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21775** DATA: **12/05/2026** FL: **2** DE 58

Eu queria agora até um minuto de atenção de todos, porque nós vamos combinar de que forma vamos abrir as falas para que todos ou, se não todos, a grande maioria tenha direito de se manifestar. Cada inscrito terá até três minutos para suas considerações. Os nossos líderes sindicais presentes terão até cinco minutos para suas considerações.

Foram convidados para esta audiência pública: Sr. Fernando Padula Novaes, Secretário Municipal de Educação, neste ato representado pela Sra. Helena de Souza Marcon; Dr. Luiz Carlos Zamarco, Secretário Municipal da Saúde; Sr. Luis Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda; Sra. Marcela Arruda, Secretária Municipal de Gestão. Nosso Líder do Governo, Vereador Fabio Riva, também está presente neste auditório.

Bom dia, novamente, a todas e todos. Iniciamos esta audiência pública conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Legislação Participativa e de Finanças e Orçamento para debater o PL nº 354/2026. Nosso objetivo é dar transparência e, principalmente, voz à sociedade sobre a proposta de recomposição salarial e valorização de benefícios para este exercício.

Esta Casa cumpre seu papel fundamental de analisar não apenas o mérito da proposta, mas também sua viabilidade orçamentária e o impacto real na vida de quem faz a cidade funcionar, os nossos servidores.

A democracia sempre vai se fortalecer no contraditório, por isso estamos aqui para ouvir as Secretarias responsáveis pela gestão, pelas finanças, bem como as áreas finalísticas de educação e saúde, além dos representantes do Governo. Serão ouvidos também com igual importância, ou até mais, nossos servidores públicos e suas classes representativas, garantindo que o diálogo técnico, social e político fundamente a decisão final desta Câmara Municipal.

Peço para assessoria técnica ver se há possibilidade de aumentar o volume do nosso microfone para que todos possam ouvir.

Nós vamos pedir que, a cada um que estiver usando a tribuna em suas

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 4

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 3 DE 58

manifestações, haja silêncio na galeria e no plenário. É um sinal de respeito para que todos possam ser ouvidos, inclusive as boas sugestões das senhoras e dos senhores possam ser trazidas para esta Casa.

Com isso, nós damos início a esta audiência pública e gostaria de perguntar se a Secretária Marcela Arruda gostaria de se manifestar. Vai falar depois das falas?

Então, neste momento, aliás, o Vereador João Ananias é o Presidente da Comissão de Finanças. O senhor quer fazer alguma consideração antes de darmos a fala para o plenário? Não.

Nós recebemos, para que todos tenham conhecimento, mais de cem inscrições de forma virtual. A secretaria do plenário vai receber também os pedidos de quem não fez a inscrição de forma virtual. Do meu lado esquerdo teremos pessoas fazendo inscrição. E lá em cima também já temos um servidor fazendo a inscrição. E vamos fazer de forma alternada a chamada tanto do virtual quanto do plenário, para que todos que estão presentes também tenham chance de falar.

Então o primeiro inscrito é Jessé Henrique Barbosa, da União Conservadora.

Presente também o Vereador Celso Giannazi.

Jessé Henrique está presente? Está ali. Jessé, pode ir ali na tribuna. Você tem até três minutos. O relógio está ligado ali no painel, o cronômetro.

Vereador Fabio Riva, pode vir aqui um minutinho?

Pessoal, acabei de receber a informação por parte do Vereador João Ananias e do Vereador Fabio Riva que havia sido feito um acordo que cinco entidades de classe estariam fazendo as suas considerações no início. Então eu vou respeitar o acordo feito.

Jessé, você espera? Tudo bem?

Então, pelo Sinpeem, o ex-Vereador Claudio Fonseca.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) - Vocês precisam me contar quem é a fila.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 5

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 4 DE 58

Pessoal, nós vamos fazer assim: como o Vereador João Ananias participou dos acordos feitos com as entidades, estou passando a presidência para S.Exa. fazer as chamadas iniciais.

- Assume a presidência o Sr. João Ananias.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – A Sra. Claudete, do Sedin, vai começar a falar. Por favor, usar o...

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Claudete, seu tempo já vai começar a contar. Por favor, Claudete.

- Manifestação na galeria.

A SRA. CLAUDETE ALVES DA SILVA – Bom dia a todos e a todas.

Uma mulher preta nunca tem medo de desbravar e ir para cima. Então, sem medo de ser feliz, começando.

Primeiramente, eu quero cumprimentar a todas as parlamentares e os parlamentares presentes aqui, todos os servidores e todos os educadores.

Todo ano é a mesma coisa. Eu queria me dirigir, hoje não para os servidores, mas para cada um dos Srs. Vereadores e Vereadoras, como eu tenho cansado de repetir nas audiências públicas que tratam da questão da valorização de quem efetiva as políticas dos senhores e das senhoras. E eu falo de um lugar privilegiado porque eu já estive desse lado e, por vezes, eu percebo que uma boa parte dos servidores públicos municipais desconhecem o funcionamento desta Casa de Leis. São 55 Vereadores e Vereadoras. Para se aprovar algo precisa de 28 votos. Quando é quórum qualificado, 37.

Eu estou com 66 anos e, se Deus quiser, mesmo pessoas torcendo pelo contrário, espero chegar aos 80. E aí, toda vez é isso: as pessoas depositam uma confiança enorme, Vereadora Janaina, nos parlamentares, que são quem decidem tudo, ou, ao votar, consignam o desejo do Prefeito. E a gente sabe qual é o funcionamento. Qual é o

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 6

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 5 DE 58

funcionamento? O Prefeito tem a base. Quando ele tem projeto de interesse, ele chama a base. E, no caso aqui, ele tem a maioria dos votos necessários para fazer com os servidores e com a cidade o que ele bem entender, se vocês permitirem.

Então, a gente sabe que a audiência pública é um rito, é obrigação de acontecer. Mas também a gente identifica, pelas relações, que os servidores têm poucos Vereadores e Vereadoras que votam com eles e que defendem o mesmo que nós defendemos: um serviço público com qualidade.

Esta Casa é muito generosa e, pelo terceiro ano consecutivo, nós temos sido desrespeitados, desvalorizados de uma forma absurda. E aí, rapidamente, eu quero só dar um comparativo, Vereadores, para dizer o quanto é injusto o que fazem com os servidores, com a educação, enfim. O vale-refeição dos funcionários da Câmara, Vereador, é de 93 reais, que é justo, porque está tudo muito caro. Do funcionalismo é de 29,50 reais. E aí o Governo, a Prefeitura mais rica, apresenta como proposta de reajuste 3,51, que não vai passar de 31 reais. Se faz o quê? Sem contar com as outras coisas.

Enquanto o conjunto dos servidores tem confiscado na sua aposentadoria 14%, sendo que o Governo do Estado, da Assembleia Legislativa, desde 2022, acabou com esse confisco, a Prefeitura de São Paulo e essa Casa chancela a continuidade do confisco de 14%, sem contar todos os outros prejuízos.

Meses de negociação com os Secretários aqui responsáveis. A Marcela, o Padula, que acho que não está mais, mas está representado pela companheira. É a mesma coisa. Nós discutimos, nós apresentamos impacto, nós apresentamos números e, assim, tardiamente, eles mandam o projeto para a Câmara Municipal sem passar para os sindicatos, sem nós termos a oportunidade de debater. E aí é um susto.

E aí, dentro desses projetos, eles colocam vários jabutis, como, por exemplo, acabar com o cargo de PEI, que acho que todo mundo aqui que acompanha a Câmara sabe de quem foi a autoria.

Vou concluir, Vereador, vou concluir.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 7

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 6 DE 58

Entre isso, no mesmo projeto que era para dispor sobre a campanha salarial, coloca-se uma proposta absurda de elevar para 30% o número de professores contratados.

Eu queria permitir só um minutinho para os subsidiar de algo que nem todos devem conhecer. A cada contrato é um aporte a menos do IPREM, que arca com a previdência dos servidores. Então, se essa Câmara aprovar este projeto sem retirar os artigos – e a Coeduc vai apresentar uma proposta especificando –, daqui a pouco o Prefeito vai dizer para vocês que vai ter que aumentar a alíquota do desconto da previdência, porque o Iprem não pode pagar. É disso que se trata.

Eu não tenho mais tempo para falar as outras coisas. Então, nós temos uma proposta: que esta Casa, de fato, convença o Prefeito ao substitutivo que valorize o conjunto dos servidores e retire todas as propostas desrespeitosas, como o cargo de PEI, como aumentar 30% a contratação, como continuar punindo. Olha o absurdo. Eu estou vendo aqui Vereadoras mulheres que sangram, que menstruam como nós. Como descontar do PDE dos readaptados? Diminuir 33% dos seus salários é criminoso. E eu acho que aqui tem os cidadãos que têm que fazer a justiça.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Claudete. Senão os outros não falam.

A SRA. CLAUDETE ALVES DA SILVA – Portanto, Ananias, eu queria pedir a você, enquanto presidente, à Sandra e a todos vocês: não dá para ser assim. É um conjunto de maldades inaceitável, e que o Prefeito só vai lograr êxito se os senhores e senhoras concordarem.

Então, “não” a esse projeto. Retirada e rediscussão com o conjunto das entidades representativas, e a Coeduc tem uma proposta de um substitutivo.

Sem medo de ser feliz e acreditando que é possível mudar.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – A próxima oradora é a representante da Aprofem, Margarida Prado Genofre.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 7 DE 58

A SRA. KEIT LIMA – Pela ordem, Presidente. Eu só queria pedir, Presidente, a entrada dos servidores públicos. A gente está vendo aqui na galeria cadeiras vazias. Não existe audiência pública de reajuste de servidores públicos sem os servidores públicos.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Vereadora, já está sendo analisada, ali embaixo, a possibilidade de entrar mais gente.

A SRA. KEIT LIMA – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Margarida, da Aprofem.

Deixe-me só anunciar aqui também a presença do representante da Comissão de Finanças, o Vereador Alessandro Guedes, e do Vereador Dheison, do Partido dos Trabalhadores.

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE – Bom dia, servidores.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Margarida, é importante que a gente cumpra os cinco minutos, senão os demais não vão conseguir falar. Nós temos tempo para encerrar. Está bom, Margarida? Obrigado.

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE – Perfeito. Bom dia, bom dia à Mesa, Secretária Marcela, Vereadores e Vereadoras aqui presentes, todos os colegas servidores municipais. Bom dia, dirigentes sindicais aqui presentes.

Esta audiência pública para nós é extremamente importante.

“Nós” eu falo em nome da Aprofem, que é o Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo, um dos cinco sindicatos que estão com uma judicialização por conta da nossa greve, greve esta que só teve como ser deflagrada por conta da intransigência dessa proposta que é colocada aqui. A Prefeitura, que é o terceiro orçamento deste país, perde apenas para o Governo Federal e para o Estadual. É a cidade mais rica da América Latina, mas não disponibiliza recursos suficientes para gastar o mínimo com os seus servidores.

Esta Prefeitura a cada ano vem reduzindo o impacto das despesas com pessoal, que estava em 30 e poucos por cento, já está em menos de 28%.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 8 DE 58

Quer dizer, não é revalorização. A ementa do projeto que veio para esta Casa diz claramente: “Dispõe sobre a revisão geral anual...” Isso é ementa. Isso que o projeto tem que tratar. Até o Art. 8º ele trata. Trata de revisão. Abaixo da inflação, com 11 meses só do período e ainda fracionado em dois anos. Revaloriza o auxílio-refeição, vale-alimentação. OK. Tudo nessa mesma proporção, em valores extremamente pífios. Depois de mais de 22 anos de 0,01% de revisão geral anual. Nós conquistamos isso. Ótimo pela pressão dos servidores.

Agora, a partir do Art. 9º, saiu fora da ementa. Todo o resto que está aqui não tem nada a ver com a proposta do projeto. O projeto é de revisão geral anual. O que tem aqui? Transformação de cargo, aliás, talvez uma mal disfarçada transposição de cargos, que já é uma matéria pacificada pelo STF. Tem a questão da inclusão de várias etapas nos concursos públicos. OK. Tudo bem, só que de uma forma aberta. O que vai disciplinar isso? Apenas o edital do concurso. Fica ao sabor de qualquer administração, de qualquer orientação, seja de Direita, de Esquerda, de Centro, sei lá, mas pode ser ideologizado qualquer concurso. É o risco.

Tem um artigo que também amplia para 30% a possibilidade de contratação de professores. Isso é precarização, gente. Na época da pandemia, foi aumentado para 20%, mas tínhamos professores morrendo. Precisava continuar. Tinha uma justificativa para aumentar. Graças a Deus acabou a pandemia. E agora, em vez de diminuir essa proporção, eles propõem aumentar ainda mais. É absurdo.

O que tem mais? Os dois artigos finais. A Aprofem tem um ponto específico para ser trabalhado. Nós ingressamos na Justiça com ação coletiva. Já tem uma decisão provisória, sim, entendemos, para declarar a nulidade de alguns artigos da própria instrução normativa e portaria da Prefeitura, que restringiram o direito à jornada especial integral de formação dos professores que adoeceram no exercício das suas funções, porque as condições de trabalho estão horríveis, com perda de 1/3 dos seus vencimentos, justamente quando estão adoecidos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 9 DE 58

E nós conseguimos uma decisão, ainda provisória, é verdade, para isso. E o que a Prefeitura faz? Num projeto de lei que traz como ementa a revisão geral anual, tenta burlar a decisão judicial alcançada até aqui. Entramos sim, impetramos um mandado de segurança e conseguimos uma liminar. É uma liminar que pode cair e essa liminar impede - já notificamos a Casa aqui também - impede a tramitação desses dois artigos: o Art. 15 e o § 3º do Art. 16.

Já vou concluir, Vereador. Não vou ficar 7 minutos.

Na verdade, esse projeto não pode prosperar do jeito que está. Nós temos uma conciliação de greve amanhã e nós precisamos de melhorias significativas nesse projeto para podermos levar para a nossa base e ter uma decisão favorável ou não, porque a assembleia é que decide pela continuidade da greve.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Obrigado, Margarida. Eu queria dizer que já está sendo liberada a entrada de mais pessoas para a galeria.

Sr. João Gabriel Guimarães Buonavita, do Sindsep.

O SR. JOÃO GABRIEL GUIMARÃES BUONAVITA - Bom dia aos servidores e às servidoras que mais uma vez estão enfrentando a intransigência de uma Casa que dispõe de espaço adequado para a realização de uma audiência pública - como temos no 8º andar - e opta por fazer aqui, limitando e deixando os servidores do lado de fora.

Isso não é democrático. (Palmas)

Quero lamentar, também, a ausência dos Secretários Padula e Zamarco, que fogem do debate com o funcionalismo municipal.

Nós temos nessa Casa, a vergonha de um município do porte da cidade de São Paulo, que dispõe da condição orçamentária privilegiada em comparação com os demais municípios do entorno e com as demais capitais brasileiras, mas oferece um índice pífio de 3%, e, mais uma vez, parcelado.

Isso significa que a Prefeitura de São Paulo, novamente, vira as costas para os

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 11

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 10 DE 58

trabalhadores do município de São Paulo. E esse projeto que foi encaminhado para a Câmara à revelia da negociação que estava em curso. O Governo rompe com a negociação, encaminha um projeto para a Câmara recheado de ataques. Ataques à educação pública, e rompe com a negociação, colocando o servidor numa condição de, sequer, ter a reposição da inflação.

É bom deixar registrado que a proposta do Governo não garante a reposição de perdas inflacionárias. É uma fraude, porque o ano, até onde eu saiba, tem 12 meses, e a proposta do Governo só garante 11 meses de reposição. Nem por isso ela dialoga com a necessidade.

O Governo apresenta uma proposta de reposição, do vale-alimentação e do vale-refeição, que não cobre o aumento de custo de alimentação no município de São Paulo, e hoje o servidor da administração direta está submetido a um VA e a um VR que são 1/3, aproximadamente, do que recebem os servidores aqui da Casa.

Temos também uma campanha salarial em que vem sendo, sumariamente, ignorada a negociação dos demais itens. O servidor público está adoecendo por péssimas condições de trabalho. O serviço público está adoecendo porque não tem concurso público. A falta de profissionais está colocando os trabalhadores numa condição de extremo cansaço e sobrecarga.

Para finalizar, quero dizer que o município de São Paulo, hoje, atingiu o menor gasto da história com o funcionalismo público, 26,5%, aproximadamente. Nunca se gastou tão pouco. E hoje o município é a capital brasileira que menos investe em folha de pagamento.

Nós estamos aqui para denunciar o golpe que o Governo Ricardo Nunes está aplicando no funcionalismo, porque usa um projeto, que era para tratar da reposição de perdas inflacionárias, para enfiar um submarino que vai acabar com a educação infantil, aumentar a precarização da rede pública, ignorando as necessidades da população.

Eu tenho uma sugestão aos Vereadores e ao Prefeito Ricardo Nunes: quer

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21775** DATA: **12/05/2026** FL: **11** DE 58

melhorar as condições de atendimento à educação? Reduz o número de alunos por sala de aula, mais investimento na educação pública. Quer resolver os problemas da saúde pública? Vamos assinar um acordo e garantir o concurso público que está em tramitação no Judiciário. Chega de enrolação. Negociação tem que começar para valer.

Viva a luta dos servidores e essa galeria tinha que estar cheia. É uma vergonha que o servidor tenha que estar lá fora passando frio, enquanto nós temos condições de fazer um debate sério. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, João.

Foram distribuídas 40 senhas. Se não entrarem na galeria, vamos trocar para novas pessoas poderem entrar, já que não quiseram participar.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – O próximo será o Claudio Fonseca, do Sinpeem.

- Manifestação na galeria.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Sra. Presidente da Comissão, Sandra Santana; Vereador Ananias; Líder Riva; Janaina; demais Vereadores presentes à Mesa – se não citei outros, perdoem-me –; Secretária Marcela; representante da Secretaria da Educação, a Helena; Vereadora presente, Silvia Ferraro.

Pois bem. A audiência pública é o momento de apresentar as diferenças em relação ao projeto apresentado pelo Executivo e sugerir mudanças. A primeira votação já ocorreu e, até a segunda votação, é o momento de os Vereadores conhecerem as propostas apresentadas, por exemplo, em uma audiência pública e, em outros momentos, em outras instâncias, considerarem a possibilidade de modificação, porque é uma prerrogativa dos parlamentares, quando o projeto chega à Câmara Municipal, apresentar substitutivo ou emendas.

Eu inicio dizendo que não concordamos com o projeto encaminhado pelo Executivo e propomos alterações no artigo 1º, que dispõe sobre o índice de reajustamento

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 12 DE 58

salarial de 3,51%, dividido em duas parcelas.

Assim propôs o Governo: 2% em maio de 2026 e 1,48% em maio de 2027, condicionando a antecipação desse 1,48% em função da evolução das receitas correntes líquidas, a confirmarem um valor de 76 bilhões. Se acontecer até outubro, antecipa-se para novembro; se for 75 bilhões, 600 e alguma coisa, paga-se em dezembro. Concretamente, são 2% a partir de maio deste ano.

O projeto de lei também dispõe sobre a atualização dos valores de vale-refeição e auxílio-alimentação, mas também traz matérias estranhas ao projeto e prejudiciais até mesmo ao processo que permite colocar servidores através de concurso de uma forma mais rápida – como exige o serviço público – que é o contido no artigo 10.

É um artigo que trata de concursos públicos em diferentes etapas e que prolonga muito mais o período entre a realização da prova e o momento que a pessoa é nomeada, toma posse e entra em exercício. Eu considero isso um erro do Governo.

Há o artigo 9º, que trata da transformação do professor de educação infantil em professor de educação infantil e ensino fundamental I. Poderá a Secretária dizer: “Mas é uma opção”. Opção em momento inoportuno, porque faltam profissionais de educação infantil nos centros de educação infantil.

Nós estamos discutindo com a Secretaria de Educação o módulo docente, o módulo de ATE, o módulo de agente escolar, os módulos da quantidade de profissionais em cada uma das unidades escolares. Não há razão para uma professora de educação infantil fazer opção por professor de educação infantil e fundamental I para ter uma redução de salário de 33%. (Palmas)

Antes de qualquer transformação, é necessário assegurar que a jornada do cargo dos professores, docentes – trabalhem onde trabalharem – seja a jornada especial integral de formação, tendo em vista formas de incorporação; aumentar os recursos arrecadados para o IPREM para aposentadoria; e evitar que as pessoas, quando se aposentarem, tenham um valor menor na sua aposentadoria.

Também há os artigos 15 e 16, não bastasse o que já foi introduzido pela Lei 18.221, acarretando perdas de 33% para os professores readaptados, que perderam agora em fevereiro 33% de remuneração porque a pessoa ficou doente. O critério para readaptar foi médico, não foi a pessoa que disse: “Eu quero ser readaptada”, mas perdeu agora 33%.

Então, o projeto de lei traz dois outros artigos em relação aos readaptados, revogando o artigo 35 da Lei 11.434, para que nenhum readaptado, que já perdeu a sua remuneração, possa exercer a jornada e receber a remuneração no momento em que adoeceu. Ainda, há o artigo na Lei 18.221 que diz que se a pessoa ficou doente, teve licença de 30 dias, perde 33% do salário. É maldade, sim...

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão.

O SR. CLAUDIO FONSECA – ...e pouca resposta do ponto de vista financeiro.

Mas quero, Sr. Presidente, ao final, entregar uma proposta para a Mesa, para os Vereadores, para aqueles que quiserem assumir alguns artigos na forma de substitutivo ou emenda.

Nós dizemos nessa campanha que não é somente por salário, mas também por condições de trabalho e saúde. Então, tratamos primeiramente nesse substitutivo de um capítulo de valorização da remuneração: substituir...

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Claudio.

O SR. CLAUDIO FONSECA – Só um minutinho, por favor. Vou terminar, vou terminar. Substituir os 3,51% por 4% de reposição, 10% de aumento real.

Nas incorporações dos abonos complementares, há uma proposta para vincular a incorporação à evolução das receitas correntes líquidas do município, que nos últimos anos cresceram pelo menos 7% em média. Houve um crescimento da receita corrente líquida, e os servidores públicos não tiveram nem sequer reajuste acima da inflação.

Para o substitutivo, há um artigo que trata da saúde e bem-estar ocupacional e condições de trabalho; um artigo sobre educação inclusiva, aprendizagem e organização pedagógica – são condições de trabalho, que podem ser incorporadas à lei para impedir que

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21775** DATA: **12/05/2026** FL: **14** DE 58

haja postergação da solução desses problemas – há um artigo específico sobre o quadro de apoio, carreira e formação; um artigo sobre concursos, módulo de pessoal e valorização profissional; um artigo sobre infraestrutura, tecnologia e rede física; um artigo sobre educação infantil, matrículas e atendimento escolar; um artigo sobre as justificativas que fundamentam a nossa proposta de remuneração para todos os servidores públicos acima da inflação mais 10% de aumento real e, no caso dos profissionais da educação, a incorporação dos abonos complementares de piso, que destrói a carreira, destrói direitos.

Então, essa campanha, Sra. Presidente, Srs. Vereadores, não é uma campanha que realizamos somente por remuneração. E remuneração é importante, é imprescindível. A Prefeitura tem condições de oferecer.

Por fim, digo que não assumi esta tribuna para ofender ou atacar quem quer que seja, mas para discutir o conteúdo daquilo que esta Câmara Municipal tem condições de fazer, inclusive solicitar aos Srs. Vereadores, aos Srs. Secretários, ao Prefeito.

Porque quando um profissional de educação, seja ele docente, diretor, coordenador pedagógico, agente escolar, for ofendido...

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Claudio.

O SR. CLAUDIO FONSECA – ... for ofendido, que esta Casa defenda a educação. (Palmas)

Quando a educação está doente, a cidade também fica doente, e não haverá nenhuma possibilidade de recuperação do bem-estar na nossa cidade se não valorizarmos a educação.

Perdoe-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Claudio.

A próxima inscrita é a Rosana Capputi, do Sinesp.

Quero informar que as inscrições já se encerraram. Assim que os representantes dos sindicatos falarem, vamos fazer intercalado. Obrigado.

Temos que cumprir o horário. Daqui a pouco, 13h, temos que encerrar. Quem

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 15 DE 58

estiver inscrito, não vai falar. Se cada representante começar a ultrapassar 2, 3 minutos, não estaremos em uma coisa democrática. Somente uma parte fala.

A SRA. ROSANA CAPPUTI BORGES – Bom dia, profissionais da educação. Bom dia, companheiros e companheiras. Bom dia, Vereadores e Vereadoras desta Casa.

Eu estou representando no momento a nossa Presidente Norma Lúcia, que está com problema para entrar.

Para reforçar tudo o que foi dito, gostaria de esclarecer que esse PL nº 354/2026 representa um grave ataque à educação pública municipal e às condições de trabalho da rede.

Como já dito, ele enfraquece o concurso público, aumenta a rotatividade dos profissionais, reduz a estabilidade nas escolas e cria vínculos precários, ou seja, as pessoas não se comprometem, esse pessoal contratado acaba não se comprometendo com a comunidade e, além disso, fragiliza intensamente a aposentadoria e o IPREM, porque quando não se tem pessoal contratado, não entra dinheiro para os novos servidores e para uma aposentadoria e, novamente, seremos nós os prejudicados.

Educação de qualidade não se faz com esses vínculos precários, com alta rotatividade e, sim, com políticas que atendam às necessidades reais das escolas, como: um atendimento adequado aos bebês que estão entrando cada vez menores nas unidades. São bebês com 15 dias, um mês, que têm as suas especificidades, que precisam de um atendimento. Precisamos da redução do número de bebês nessas unidades, do aumento de módulos de profissionais e, principalmente, de profissionais especializados na educação especial.

Temos muitas crianças, bebês, jovens e adultos que precisam de políticas intersetoriais. É isso que esperamos dos nossos Vereadores, que olhem para todos os bebês, para as famílias e para as comunidades. Quando fragilizamos a educação pública, fragilizamos esse atendimento, essa sociedade.

Outro ponto muito importante é o tratamento dado - vamos repetir - aos profissionais que têm adoecido, que têm morrido dentro das suas unidades. Gente, é uma conta muito simples. Quando pressionamos mais do que pode aguentar um profissional, quando ele está ali, diante de todos os problemas e de todas as mazelas da sociedade, e não há condições de trabalho, ele adoece.

Precisamos do olhar de vocês. V. Exas. foram eleitas em confiança por uma sociedade melhor. Tenho certeza de que vocês podem impedir esse projeto. Não estamos falando só de salário, estamos falando daquilo que a escola não pode aguentar mais, mas - também - temos direito a ser valorizados no nosso trabalho. Temos direito a um salário digno, como todos têm.

E, por último, faço uma chamada aos nobres Vereadores desta Casa. Não importa que Partido, não importa de que lado estejam, mas preciso que escutem o chão da escola, as equipes das escolas, os gestores, os profissionais. Com certeza, se fizerem isso, não aprovarão esse projeto. Dialoguem conosco, conversem conosco e nos escutem. Não é de hoje que estamos pedindo esse diálogo. Contamos com todos desta Casa.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Rosana.

Abro a palavra também para a Sra. Norma. Se quiser falar por um tempinho, por cinco minutos, para que não ultrapassemos o tempo, e para que os demais inscritos possam falar.

A SRA. NORMA LÚCIA ANDRADE DOS SANTOS - Bom dia a todos e a todas.

Agradeço a todos os nobres Vereadores presentes, às pessoas da Prefeitura que vieram representar o Governo, junto aos meus colegas e aos sindicalistas que estão neste espaço.

Começo minha fala dizendo que 3,48, que vai virar 3,51, é um absurdo. É algo que não corresponde, de forma nenhuma, para quem tem conhecimento mínimo de matemática, ao orçamento da cidade de São Paulo. Nem quando se coloca que tudo isso é

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21775** DATA: **12/05/2026** FL: **17** DE 58

para ver a questão da saúde financeira do município, porque o município tem gastado, e gastado muito, em várias áreas, nas quais não está tendo nenhum tipo de problema nos gastos, e, quando é para aumento dos funcionários públicos, tem que ver se o impacto corresponde ou não. Sempre a conta é paga pelos funcionários públicos. E o pior é quando, numa mesa de negociação, coloca-se o impacto que todos os aposentados causam na hora que se projeta uma folha...

Quero relembrar, aqui, que não existem serviços para uma cidade do tamanho de São Paulo, com todas as especificidades e as diferenças dos seus territórios, se não houver o funcionário público que leva essa cidade para além do Sr. Prefeito eleito.

Não há uma cidade que seja sustentada se não tiver também os benefícios de cada servidora ou servidor aposentado e do munícipe em geral, porque eles também giram a economia, fazem parte da economia, não são gastos, são - também - investimento para a economia da cidade e de todo o país.

Achamos que esse valor pode, sim, deve, sim, ser melhorado. E conclamo a todos os Vereadores desta Casa para fazerem os comparativos da receita e verem que há margem para mais.

Uma outra questão que quero trazer é que, para além de ter margem para dar um melhor salário para todos nós, destaco os recursos que são gastos com a educação. A educação tem verba própria. E esses recursos, hoje, estão efetivamente todos colocados na educação pública de qualidade estatal? Porque, quando pegamos as projeções e as prestação de contas trimestrais, não especificam, muitas vezes, quanto é gasto nos programas, quanto é gasto com os servidores. Precisamos que isso seja mais explícito dentro da prestação de contas da Prefeitura de São Paulo.

E falando, especificamente, da educação, de algumas coisas que estão colocadas ali, quero resgatar um pouco da história. Primeiro, em 2025, fizemos várias reuniões na Secretaria Municipal de Educação levando as condições de trabalho precárias. Cada um que está na escola sabe do que eu estou falando e de que precisava de melhorias.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 18 DE 58

Um exemplo muito simples: telefonia. Como uma escola faz busca ativa? Como uma escola faz todo o seu registro sem ter telefone? Isso é simples. Só que, já concluindo, isso faz com que nós não tenhamos condições nem de ligar para uma mãe, quando estamos com uma criança com febre sem usar os nossos recursos próprios. Como uma Prefeitura com tantos recursos não resolve algo que deveria ser simples.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Norma.

Deixem-me dar informação para todos os inscritos. Uma hora da tarde temos que entregar o plenário. Então, toda vez que não cumprimos os três minutos, que damos a todos que vão falar, a partir de agora, na fala aqui embaixo, às 13 horas encerraremos as atividades.

A SRA. SANDRA SANTANA – Sr. Presidente, queria até dar uma sugestão para ganharmos tempo. Como chamará um de cada lista, o pessoal que se inscreveu de forma virtual, o pessoal que está na galeria, o pessoal que está no Plenário, se pudesse já chamar um de cada lado, que na hora que terminar uma fala já começa a outra. É um tempo que se ganha.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Bom, já temos o primeiro que foi chamado: Jessé Henrique Barbosa. Pode se direcionar ao microfone. O próximo da galeria será a Grazielle Rodrigues e também o Rafael Martins de Oliveira, Diretor do SindGuardas.

O SR. JESSÉ HENRIQUE BARBOSA – Olá. Muito boa tarde a todos, ao Presidente, a todos os Vereadores. Antes de qualquer coisa, queria dizer que sou um estudante da rede pública e meu nome é Jessé. Não sou contra o aumento do salário dos professores, pelo contrário, sou a favor, vocês merecem dignidade pelo trabalho que exercem, mas o problema é que não pode ser só militância, não pode ser só vagabundagem.

- Manifestação na galeria.

O SR. JESSÉ HENRIQUE BARBOSA - E o motivo é simples: não pode ser só vagabundagem, porque o Haddad...

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 19 DE 58

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Gente, vamos deixar ele falar. Olha o respeito. Vamos deixar ele falar, senão a gente perde tempo. É isso que eles querem.

A SRA. KEIT LIMA – Pela ordem, Presidente.

- Manifestação na galeria.

O SR. JESSÉ HENRIQUE BARBOSA – Continuando, digo isso, porque o Haddad deu um aumento de 0,01% e não teve greve, não teve manifestação. Há pouco tempo, o Lula cortou mais de 40... e não teve greve, não teve manifestação porque vocês não sabem o que estão fazendo.

- Manifestação na galeria.

A SRA. KEIT LIMA – Pela ordem, Presidente.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. JESSÉ HENRIQUE BARBOSA - O ponto é o seguinte: o aumento do Ricardo Nunes é 300 vezes maior do que foi dado pelo Haddad. Presidente, não sou contra a greve, não sou contra a manifestação. Já participei de manifestações e de greves. O único problema é quando a greve, quando a manifestação, vira carteirinha, é bater ponto para greve, é bater ponto para manifestação. O Haddad deu um aumento de 0,01%.

- Manifestação na galeria.

O SR. JESSÉ HENRIQUE BARBOSA - Queria dizer que vocês professores que estão aqui, tomem vergonha nas suas caras e voltem para a sala de aula.

- Tumulto.

O SR. JESSÉ HENRIQUE BARBOSA – Bando de vagabundos, deviam estar estudando.

- Manifestação na galeria.

A SRA. KEIT LIMA – Gente, respeitem os professores, pelo amor de Deus. Gente, ele está tentando fazer o corte dele, deixem.

O SR. HÉLIO RODRIGUES - Pela ordem, Presidente. Esse é um debate sério,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21775** DATA: **12/05/2026** FL: **20** DE 58

importante para a cidade, peço a V.Exa. que, nesses casos, suspenda a fala, corte o microfone para manter a ordem, porque não pode ter tanto desrespeito em plenário.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Vereador.

Quero anunciar a presença do Vereador Hélio Rodrigues.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Pela ordem, Presidente.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Pela ordem, Presidente, quero...

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Presidente, só uma observação: não vi o rapaz usar nenhum adjetivo.

- Manifestação na galeria.

A SRA. KEIT LIMA - Janaina, ele chamou os professores de vagabundos.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Ele falou?

A SRA. KEIT LIMA – Ele falou.

- Manifestações simultâneas.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - Não ouvi. Ouvi o rapaz criticar. Só um minuto.

Ouvi o rapaz criticar a greve, então...

- Manifestação na galeria.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Não. Não, desculpa, o senhor não pode, por que estou passando vergonha? É uma audiência pública, se é uma audiência pública, todo cidadão tem direito de se manifestar.

- Manifestações simultâneas.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - Não conheço esse rapaz, e desculpem, não é certo.

- Manifestações simultâneas.

A SRA. KEIT LIMA – Janaina...

A SRA. JANAINA PASCHOAL - Só um minuto. Estou aqui e tenho perguntas técnicas a fazer às representantes da Secretaria, mas não podemos permitir que seja um monólogo. O rapaz veio e criticou a greve.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21775** DATA: **12/05/2026** FL: **21** DE 58

- Manifestação na galeria.

A SRA. KEIT LIMA – Janaina, Janaina.

- Tumulto.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - Temos de dar direito a todos se manifestarem.

É uma audiência pública.

O SR. CELSO GIANNAZI – Pela ordem, Presidente.

A SRA. KEIT LIMA – Janaina.

- Manifestações simultâneas.

O SR. CELSO GIANNAZI – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Só um minutinho. Se continuar essa discussão, vai atrapalhar a nossa audiência pública. Precisamos ouvir quem? Os profissionais da saúde, o funcionalismo público da cidade e da educação. É essa a nossa intenção: ouvir vocês. Mas, se continuar, esse debate vai prejudicar a audiência pública. Vamos ouvir...

- Manifestações simultâneas.

A SRA. KEIT LIMA – Nobre Vereador Ananias.

O SR. CELSO GIANNAZI – Presidente, não podemos permitir que sejam ofendidos. Isso é inadmissível, e a Vereadora está equivocada, porque são servidores públicos.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Vamos deixar...

O SR. CELSO GIANNAZI – É inadmissível isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Posso falar, por favor?

A SRA. KEIT LIMA – Presidente, pela ordem, só um minuto. Só queria dialogar...

- Manifestações simultâneas.

A SRA. KEIT LIMA - Só um minuto. Não quero...

- Manifestações simultâneas.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21775** DATA: **12/05/2026** FL: **22** DE 58

A SRA. KEIT LIMA – Só quero, com todo respeito, é rapidinho. É com a Vereadora Janaina, com todo o respeito que tenho com a Vereadora, ela que foi professora, acho que vale a pena pensar como a Vereadora se sentiria se algum aluno da USP a chamasse ou falasse que a Vereadora estava de vagabundagem.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Vereadora.

A SRA. KEIT LIMA – Entendo, mas é importante colocar ordem, porque a Casa é do povo e os representantes têm que ser respeitados, são os professores da periferia que trazem mudanças.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Sou professora e estive na USP para retomarmos as aulas, fui chamada de...

- Manifestação na galeria.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - ... de esquerdista e que estava lá insuflando.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Vou tirar a fala...

A SRA. JANAINA PASCHOAL - ... direito do estudante vir aqui e exigir algo.

A SRA. KEIT LIMA – Vereadora...

- Manifestações simultâneas.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – É o seguinte: se o rapaz falou que era vagabundo, mostra o vídeo.

A SRA. KEIT LIMA - ...vagabundagem.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Vereadora.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - Acho assim: todo mundo tem direito à fala, não é porque....

- Manifestações simultâneas.

A SRA. KEIT LIMA – Vereadora. Com respeito, Vereadora...

A SRA. JANAINA PASCHOAL - ...estamos vivenciando hoje na Universidade de São Paulo é um inferno, entendeu?

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 23 DE 58

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Vereadora, na fala das senhoras, podem falar. Vereadora, por favor.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - Então assim, é uma audiência pública...

- Manifestações simultâneas.

A SRA. KEIT LIMA - Vereadora, vou terminar agora. Presidente, com todo respeito à sua presidência, vou terminar a minha fala. Eu acho que pela primeira vez, eu e a Janaina concordamos: a educação da cidade de São Paulo está um inferno.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Segue a reunião, vamos seguir a audiência pública. Se continuar assim, vamos prejudicar todos os profissionais que estão na Casa e isso é pior. Estamos reunidos para ouvir as demandas e debater o projeto. Se continuarmos com essa discussão, Vereadora Keit, vamos atrapalhar o que estamos realmente debatendo, é importante que comecemos a atender e ouvir quem realmente precisa falar.

A próxima oradora é a Graziele Rodrigues. E quem interromper, vamos cortar o microfone, está bom, gente? Por favor, Sra. Graziele, 3 minutos.

A SRA. GRAZIELE RODRIGUES - Bom dia a todos e todas. Meu nome é Graziele. Sou professora da rede municipal e também da rede estadual, acumulo cargo como várias trabalhadoras da educação que conhecemos. Faço parte de um coletivo chamado Nossa Classe, que é a oposição ao Sinpeem, e faço parte ainda do Esquerda Diário.

E a primeira coisa que quero fazer é repudiar a violência do Rubinho Nunes, ontem, lá na Praça da República, contra os estudantes.

- Manifestação na galeria.

A SRA. GRAZIELE RODRIGUES – Nunca vi um Vereador chutando estudante em público. Isso é um escândalo. Isso tem que de repudiado.

Quero também dizer que a nossa luta não é sobre salário, ainda que precise ser

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21775** DATA: **12/05/2026** FL: **24** DE 58

dito com todas as letras que esse PL é do arrocho. Não venham chamar de valorização essa palhaçada, porque o salário de vocês, vocês aumentam em 40 a 50%, e para os servidores é 3,48, parcelados!

Dito isso, o que precisamos entender é que o projeto é da extrema direita, que é a maioria dessa Câmara; para os trabalhadores e para a educação é um projeto de privatização. Só que a privatização, gente, ela mata. Todo mundo viu, ontem, o trabalhador do Jaguaré morrendo por causa da precarização da Sabesp e da Comgás, e a responsabilidade disso é dos Srs. Vereadores e das Sras. Vereadoras que estão votando esse tipo de projeto.

A privatização decepa também: tem uma professora na nossa rede que perdeu o dedo contendo crise de estudante autista, que sofre os efeitos dos problemas da precariedade da inclusão, que é um direito das nossas crianças, está sendo negligenciada por esta Casa através do tipo de lei que tramita aqui. Dito isso, nós também queremos questionar aqui que este projeto de lei fala em qualidade de educação, só que ele quer aumentar o número de contratos precários enquanto dificulta o acesso aos concursos. Este projeto de lei não é para melhorar a educação para os filhos dos trabalhadores. Este projeto de lei é para vender a educação pública, como foi feito com a Sabesp, como foi feito com todos os serviços públicos nas mãos dos governos de direita.

Só que também o que importa para nós agora, mais do que tudo, é pensar como enfrentar e derrotar esse projeto na rua, porque nós estamos aqui, mas nós sabemos que este espaço é hostil, e que o terreno dos trabalhadores é lá fora, e que boa parte deles foi deixada lá. Então, eu quero também perguntar aqui para os Vereadores que são aliados que trazem espaço de discussão e que divulgam a luta...

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão.

A SRA. GRAZIELE RODRIGUES – ... O que é que nós estamos esperando para colocar os mandatos a serviço de convocar uma greve nacional da educação que possa derrotar os interesses dessa extrema-direita, que não possui respeito pelo funcionalismo e

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 25 DE 58

pelo movimento nas ruas?

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sra. Graziele Rodrigues.

A SRA. GRAZIELE RODRIGUES – É essa unidade que precisa ser colocada de pé.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Queria anunciar que...

A SRA. GRAZIELE RODRIGUES – Este é o pedido dos trabalhadores para os Vereadores de Oposição. A Central Única dos Trabalhadores, CUT, e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, CTB, precisam romper com a sua paralisia, porque a extrema Direita possui medo de pessoas na rua, possui medo de gente mobilizada, possui medo de bloqueio de avenida, de ocupação e radicalização, como fizeram os estudantes. É disso que vocês possuem medo...

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Encerrou a fala. Próximo...

A SRA. GRAZIELE RODRIGUES –... e o nosso recado é que a unidade dos trabalhadores tem que ser respeitada e que nós passaremos por cima de cada um dos ataques, porque nós não viemos aqui pedir para vocês virarem o voto. Nós viemos aqui exigir que vocês respeitem o funcionalismo, o serviço público e a população desta cidade.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Bom, quero anunciar aqui também a presença do Deputado Carlos Giannazi, da Comissão de Educação da Alesp; também das Vereadoras Luna Zarattini, do PT, e Luana Alves, do PSOL; e também está presente o Vereador Gilberto Nascimento.

O próximo será o Rafael Martins de Oliveira e depois a Maria Mota, da galeria. Mas, pessoal, se não respeitarem os três minutos, vamos cortar; o tempo está passando, são 13 horas e temos que parar. OK?

O SR. RAFAEL MARTINS DE OLIVEIRA – Sr. Presidente e demais Vereadores, além de todos aqui presentes, gostaria de saudar os profissionais que estão exercendo o seu direito constitucional de greve, direito inalienável do trabalhador por melhorias salariais, e agradecer a todos os profissionais que fazem segurança, educação e saúde. Inclusive

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 26 DE 58

saúde para escutarmos certas asneiras que nós estamos escutando aqui nesta audiência pública. Um bom dia a todos.

Gostaria de iniciar minha fala citando para a Secretária Marcela Arruda e para os demais aqui da Casa que, recentemente, mais precisamente no ano de 2022, foi passado o subsídio, goela abaixo, aos profissionais da Guarda Civil Metropolitana e, junto com ele, foram “ofertados” alguns gatilhos salariais, entre eles, a periculosidade que, recentemente, tivemos, mais uma vez, uma decisão modulada suspendendo a nossa gratificação no prazo de seis meses. Então, estão sendo dados à Prefeitura seis meses para deixar de pagar a periculosidade por entender que é incompatível com o regime de subsídio.

Portanto, nós gostaríamos que a Secretária fosse sensível a essas questões e que, nos estudos que o Sr. Prefeito Ricardo Nunes já anunciou para todos os cidadãos da cidade de São Paulo, incorporasse esse valor que será economizado na folha salarial dos profissionais da Guarda Civil Metropolitana.

Eu gostaria também de citar que, sim, é falado que houve uma valorização salarial, inicialmente, para os profissionais da Guarda Civil Metropolitana nos ingressos de GCMs de 3ª Classe, mais precisamente o pessoal do nível 1, mas gostaria de frisar que, ainda assim, o salário não está tão atrativo quanto o que é veiculado.

E há um fato concreto para poder provar isso: recentemente, nós tivemos o concurso público de ingresso para novos GCMs de 3ª Classe, anunciado pelo Sr. Prefeito, a princípio para a entrada de 500 novos profissionais, e nós tivemos próximo a 20 mil inscrições. Ocorre que 8.300 pessoas sequer foram fazer a prova. Ora, se sequer foram fazer a prova, significa que o salário não está tão bom assim. Porque, se estivesse tão bom, com certeza nós teríamos próximo a 20 mil frequentadores desse concurso público, e essa ausência acaba diminuindo a eficiência no serviço público e também não traz o resultado esperado para os profissionais da Guarda Civil Metropolitana.

Gostaria de frisar a necessidade de rever o nosso banco de horas, porque, para quem não sabe, nós somos a única categoria que possui referido banco, instituído na Guarda

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 27 DE 58

Civil Metropolitana. Recentemente, há alguns meses, em decorrência de pareceres do Procurador do Município que está na Secretaria Municipal de Segurança Urbana, ele tem entendido, para que as pessoas compreendam, que nós fazemos as nossas 40 horas semanais, enquanto os policiais fazem...

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Encaminhe para a conclusão.

O SR. RAFAEL MARTINS DE OLIVEIRA – Só para concluir, Sr. Presidente, os profissionais fazem uma jornada de 12 horas por 36, totalizando 44 horas semanais, e, no seu parecer, ele tem entendido que o período em que o servidor está se ausentando para fazer prova, ou sai mais cedo para ir à escola, um direito aqui votado pela Casa, o horário de estudante, ou o direito de ficar doente quando entrega o atestado perde o direito de folgar através das suas horas de assiduidade.

E, para concluir, Sr. Presidente, gostaria de frisar aqui, no âmbito nacional, que o nosso Presidente Márcio dos Santos está em Brasília tentando pressionar o Líder do Senado, Davi Alcolumbre, para destravar a PEC 18...

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Sr. Rafael Martins de Oliveira.

O SR. RAFAEL MARTINS DE OLIVEIRA – Para concluir, Sr. Presidente, em um cenário alarmante anunciado pelo Datafolha, as mulheres estão em "prisão domiciliar", já que 41% das mulheres, no último ano, sequer saem à noite, segundo o instituto. E os homens, 30%. Isso só vai melhorar esse cenário de insegurança. Os Vereadores possuem as suas seguranças próprias, mas nós, cidadãos, nós não possuímos essa ferramenta e esse mecanismo. Apenas movimentando a PEC 18 no Senado é que vamos mudar esse cenário.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Rafael.

O SR. RAFAEL MARTINS DE OLIVEIRA – Encerro minha fala, Sr. Presidente.
E Polícia Municipal, já.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Já pode falar, Sra. Maria Mota.

A SRA. MARIA MOTA – Bom dia a todos e todas que estão nesta galeria. Bom

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 28 DE 58

dia, Vereadores e Vereadoras. Primeiro, eu quero repudiar este espaço tão minúsculo, porque é de nosso interesse estar aqui e fazer a discussão deste PL. Não é interesse político de V.Exas., mas é interesse nosso. Então, eu queria dizer ainda do repúdio que nós temos, que aqui se constroem projetos e propostas de um lugar em que não se pisa. Pensar que uma cidade tão rica como esta, São Paulo, não consegue fazer visitas às unidades que nós possuímos, não consegue fazer visitas aos Centros de Referência de Assistência Social, CRASs, aos Centros de Referência de Assistência Social, CREASs, e aos Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua, Centros POP, para identificar quais são as necessidades a que esses trabalhadores, hoje, estão submetidos.

O parcelamento que se dá hoje na proposta de reajuste salarial não é possível de ser sustentado, inclusive para as nossas condições de sobrevivência. Ninguém vai pagar aluguel parcelado, ninguém vai pagar comida de forma parcelada. Mas, tampouco, nós, servidores, vamos fazer atendimento nessas unidades de forma parcelada. Quando chega um munícipe na sala de um CRAS ou de um CREAS, o atendimento tem que ser inteiro. Não se pode dizer ao munícipe: "volte amanhã que eu termino", ou "volte o ano que vem que eu termino de lhe escutar", para dizer que não possuo capacidade de lhe ouvir ou de lhe atender.

Nós estamos, hoje, na Assistência Social, com menos de mil profissionais. Vocês sabiam disso? Nós estamos, hoje, com menos de 500 assistentes sociais nesta cidade de São Paulo, na Assistência Social. Nós temos menos de 300 profissionais administrativos. Hoje, a Assistência Social possui o seu atendimento à população 96% terceirizado. Cabe a nós, profissionais, fazer a gestão de parceria. Isso não é nosso.

O nosso lugar é de atendimento à população, mas esta cidade faz uma gestão irregular do atendimento à população e do Sistema Único de Assistência Social, SUAS, na cidade, colocando os trabalhadores em desvio de função e em uma sobrecarga. Porque nós estamos falando, hoje, de mais de 1.330 parcerias vinculadas à Secretaria de Assistência Social nas costas desses menos de mil trabalhadores da assistência. Volto a questionar:

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 29 DE 58

somos nós que temos que fazer atendimento parcelado?

Não é vergonhoso demais que essa cidade tenha a capacidade de nos propor aumento parcelado? Pergunto ainda: cadê a proposta de concurso público para a assistência social e para a cidade de São Paulo? Cadê a proposta de chamar os concursados da saúde?

Obrigada.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – A próxima será a Andréia. Já vou chamar também a próxima, que será a Priscila Pereira, da galeria. E depois será a Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. ANDRÉIA AIDA – Bom dia a todos. Cumprimento a todos que estão na Mesa e principalmente a todos que estão representando o serviço público.

Desmantelar o serviço público não é eficiência, é a privatização do direito do cidadão e a mercantilização da dignidade humana. E é o que estamos vivendo nos últimos anos. Desmontar a educação pública não é apenas uma escolha econômica, é uma violação ética que rouba o futuro e perpetua a desigualdade. A educação nunca foi despesa, é o investimento mais fundamental de uma nação.

Começo dizendo isso porque vivemos tempos em que parece que estamos aqui mendigando o pão. Mas, na verdade, quero lembrar a todos os presentes do valor que temos enquanto funcionários públicos, enquanto servidores desta cidade, a maior cidade da América. E o que nos separa aqui na Casa do Povo são as desigualdades e os privilégios para alguns.

E, na verdade, o que estamos reivindicando? O óbvio. Não precisaríamos estar aqui gastando energia, tempo e preciosismo em ter que dizer o mesmo que vocês sabem e têm consciência. Um PL que é para tratar de um reajuste minimamente para se manter a vida e que vem nas formas como já foi apresentado aqui. Além disso, há a questão da transformação de cargo de PEI para PEIF.

E eu pergunto: por que isso, se temos ainda um concurso vigente? Qual a

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 30 DE 58

necessidade dessa transformação? O que está por detrás disso tudo? Obviamente, é cobrir o buraco que está nos módulos do ensino fundamental e abrir um grande cerco para pavimentar a privatização. Fora isso, há a questão do concurso e tudo o que já foi dito aqui.

Mas quero também dizer que estamos sofrendo um desrespeito velado há anos. São políticas públicas ineficientes que não visam a atender uma necessidade da população, de fato. E estamos sentindo isso – seja nós ou o povão, porque a Casa do Povo apresenta muitas castas. Parece que nós somos aqui o “chãozão”, enquanto alguns outros se colocam num pedestal.

Não devemos nos esquecer de que lá fora a vida é igual. Todos nós, eu e vocês, e todos aqui que nos representam, corremos os mesmos riscos da vulnerabilidade, que é fruto do descaso à educação, em especial. Somos educadores, somos funcionários com muita honra, muito valor e muito poder.

Só mais uma coisinha: esse PL, ele nasce para matar, para nos matar. Mas nós estamos aqui, sobreviventes a tudo. Só tenho mais um recado para a Secretaria Municipal de Educação: amanhã temos uma audiência de conciliação, e a Aprofem solicitou que a Secretaria encaminhe para essa audiência um representante que tenha poderes de negociar e decidir, não apenas fazer de conta que está ali fazendo algo e empurrando com a barriga, porque não tem poder de caneta nenhum.

Então, que sejamos respeitados também nesse momento. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Andréia. A próxima é a Priscila Pereira.

Gente, se não cumprirem os três minutos, muita gente que está inscrita não vai falar. E aí a reclamação vai vir posteriormente. Então, é importante que se respeite o tempo. Em seguida, a Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. PRISCILA PEREIRA – Boa tarde a todos os presentes, os Srs. Vereadores e cidadãos que nos assistem.

Meu nome é Priscila. Sou enfermeira da vigilância em saúde e vim falar sobre a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 31 DE 58

urgência da valorização do serviço público de saúde na nossa cidade. É inadmissível falarmos de déficit de pessoas quando temos mais de 28 mil profissionais aprovados no concurso da Autarquia Hospitalar Municipal, de 2017.

Estamos falando de diversas categorias da saúde, como enfermeiros, técnicos, farmacêuticos, fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais, que estão habilitados, qualificados e aguardando a nomeação.

Diante desse cenário, a pergunta que eu vou deixar para essa Casa é: a quem interessa ignorar esses aprovados para entregar a gestão da nossa saúde nas mãos das OSSs? Por que preferir o servidor concursado que tem compromisso com o município e estabilidade para denunciar irregularidades em prol de contratos de terceirização?

A Secretaria Municipal de Saúde parece ter escolhido financiar modelos que, infelizmente, tornaram-se os drenos dos recursos do SUS. O escândalo mais recente da Coordenadoria de Saúde – Centro, com a OSS Afne, onde funcionários fantasmas pagos com dinheiro público foram descobertos pelos servidores do TCM. Isso só foi feito graças aos servidores que lá estão no TCM.

É esse o modelo de saúde que a gente quer expandir na nossa cidade? Não aceitaremos que o recurso do povo paulistano continue alimentando os esquemas de corrupção enquanto os hospitais seguem com quadro incompleto.

Exigimos respeito à lei dos concursos e à saúde pública de qualidade. Queremos a nomeação imediata dos aprovados para a recomposição do quadro da saúde já. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado. O próximo orador será a Vereadora Silvia da Bancada Feminista e, logo em seguida, será a Marcia de Oliveira e depois a Luzia Barbosa.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Bom dia. Antes de ser Vereadora da Bancada Feminista, sou professora da rede municipal de São Paulo e quero dizer que repudio qualquer pessoa – seja uma pessoa que vem aqui no microfone, seja qualquer

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21775** DATA: **12/05/2026** FL: **32** DE 58

Vereador – que chame os professores e os servidores municipais de vagabundos. É inaceitável. Aqui, infelizmente há vários Vereadores que já nos xingaram e não vamos admitir.

Na sessão desta semana, espero que o Presidente da Câmara considere inaceitável que qualquer um suba à tribuna para chamar servidor público e professor de vagabundo, porque conheço a realidade do chão da escola, de quem acorda cedo, ou seja, do chão da escola, do chão das UBSs. A realidade de quem acorda cedo para labutar. E não somos vagabundos em hipótese alguma.

Quero falar sobre o projeto, que é um projeto que misturou o reajuste, a proposta de reajuste, com uma minirreforma da educação. Isso também é inaceitável. Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Quando se misturou isso, se colocou no projeto um ataque muito grande à educação, em particular.

Para além do índice não ser um índice aceitável, temos no projeto sérios problemas que vão ocasionar um grande estrago na educação infantil. Quero falar especificamente para os representantes da Secretaria de Educação, o Ronaldo e a Helena, que vieram aqui representar o Padula. Mas também quero falar com a Secretária Marcela, a Secretária de Gestão.

Vejam essa questão de transformar PEI em PEIF é uma vacância da educação infantil. Não podemos aceitar. Sabe por quê? Temos na educação infantil da rede direta uma educação de excelência. As nossas escolas, os nossos CEIs, as nossas EMEIs são premiadas.

O que vai se fazer aqui? Vai se fazer uma remoção de professores de CEIs para as EMEFs. E precisamos é valorizar os CEIs, valorizar a educação infantil. Então, isso não tem justificativa. E nós precisamos é de mais concursos públicos para PEI, o que precisamos é de mais concurso público para a educação infantil e a ampliação da rede direta, e não a ampliação somente da rede conveniada.

São apenas três minutos também, Presidente?

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 33 DE 58

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Lógico.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Já estou terminando. Concurso público, por último. Isso é muito importante. Gente, não podemos aceitar que quem preste concurso público tenha que fazer um curso. Como assim, gente?

Secretária Marcela, isso é uma questão de gestão. Ora, se você passou no concurso público, você não tem que fazer curso nenhum, ainda mais ficando lá e ganhando 70% de bolsa. Assim, isso é um ataque a todo o funcionalismo público, em especial da educação.

E, por último, gente, nós da Oposição, eu sou da bancada do PSOL, mas também chamo a Bancada do PT e todos os Vereadores que assinem hoje um substituto, que a gente rasgue esse projeto do Governo e apresente um outro projeto de substitutivo para a gente poder ter um projeto nosso de servidores municipais.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Vereadora. A próxima é a Luzia Barbosa, da galeria.

A SRA. LUZIA BARBOSA – Bom dia. Eu sou Luzia, sou uma servidora da Prefeitura da região do centro. Eu tenho 34 anos de serviço público e nunca vi o que eu tenho visto nesses últimos anos. Eu sou uma trabalhadora de secretaria, sou assistente administrativo de gestão e o nível médio e o nível básico são os menores salários da Prefeitura e são os que mais aparecem nos classificados pedindo nível universitário. Só que a Prefeitura não reconhece essa nossa formação.

Então, o nosso salário no final da carreira de um AAG é o salário inicial de muitos concursos públicos que estão acontecendo aí Brasil afora. É por isso que os AAGs não estão ficando também na Prefeitura, porque não existe uma carreira com um salário digno. Então, por isso as pessoas acabam não ficando também.

E não existe o reconhecimento da nossa formação. E assim eles fazem com o nível básico, com o nível médio, fazendo com que nós trabalhemos também em desvio de função, porque não reconhecem o nível universitário, mas está lá nos classificados. Toda

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 34 DE 58

semana tem um classificado que a gente recebe nos *e-mails* pedindo nível básico e médio com formação em nível universitário.

Bom, mas a nossa luta hoje não é só pelo salário. É pelo decreto de férias, é pelo vale-refeição, é pelo vale-alimentação, é contra a terceirização e é pelas condições de trabalho também. Existem muitos trabalhadores em quadro de adoecimento. Vivemos hoje nas unidades situações bastante difíceis de adoecimento nas Secretarias, nas bibliotecas, na educação, na saúde, e nós encontramos de tudo um pouco. Vai do assédio moral, assédio sexual, etarismo, racismo, capacitismo, xenofobia, homofobia, enfim, várias situações de violência. E isso só acontece por conta da precarização dos serviços.

Recentemente, no Centro, nós tivemos o desmonte da coordenação de saúde do centro, após uma denúncia de corrupção e os trabalhadores que foram penalizados. A Prefeitura apronta e é o trabalhador que paga a conta.

Então, o que acontece nas Secretarias, nas bibliotecas, na educação e na saúde é uma pressão diária, principalmente por comissionados que foram colocados pela gestão, que estão lá assediando os trabalhadores e que fazem a pressão. “Ah, não está satisfeito? Então pede para sair.” É isso que nós mais ouvimos.

Então, a gente precisa de concurso público para todas as áreas do funcionalismo. Nós repudiamos o ataque às escolas, à educação e à educação pública. Precisamos de concurso público imediato, valorização e respeito aos servidores.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – O próximo, João. Após, Laudiceia Reis e Marcos Batistela.

O SR. JOÃO DRAMADO SEAN – Boa tarde a todos. Obrigado pela palavra, à Mesa, a todos os presentes, ao público. Eu vou ser bem breve, porque tudo aqui já foi relatado. O funcionário público, o servidor público de carreira faz parte da estrutura de Estado, como faz parte a administração eleita para administrar a cidade.

Então, o cidadão, quando recolhe os seus impostos, ele espera receber serviços de qualidade. E serviços de qualidade só se têm com servidores públicos que representem

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21775** DATA: **12/05/2026** FL: **35** DE 58

o Estado, que representem a administração pública, e tenham condições de dar esse retorno à sociedade.

Então, isso precisa ser pensado. Porque aqui o que está se falando é uma coisa muito mais séria. Questão de Estado, de qualidade de serviço. Então, o Governo precisa ter esse olhar, os Srs. Vereadores, que o servidor público tem uma necessidade de ser valorizado. Esse 3,48 realmente está muito aquém do que se necessita e do que a administração pode pagar.

Então, eu vou encerrar aqui, porque eu quero transferir o resto do meu tempo para o Marcos Batistela, nosso presidente da Fasp. E só lembrar, Secretária, que naquela questão de 81 cargos para engenheiros e arquitetos, tem 400 vagas em aberto. E isso precisa ser suprido e revisto nesse item aí, Secretária.

Eu posso transferir o meu resto do tempo para o Marcos?

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Não, não pode, não.

O SR. JOÃO DRAMADO SEAN – Ah, não pode? Pessoal, então, eu vou usar o meu tempo, desculpe-me.

Essa questão que se discute aqui: todo servidor público, isso precisa ser entendido, faz parte da estrutura, é representante técnico da questão de Estado e da Administração Pública Municipal. Então, é uma seriedade que os Srs. Vereadores têm que levar em conta, que não é uma questão patrão-empregado. É quem vai fazer o serviço para o Estado.

E não se pode privatizar nem terceirizar questões de Estado. Não pode. É inconstitucional, está na Constituição, já tem decisão feita lá pelo Supremo. E quando se privatiza e terceiriza, é ilegal a questão de Estado.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão.

O SR. JOÃO DRAMADO SEAN – Acabou?

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Quinze segundos. A próxima, Laudiceia.

A SRA. LAUDICEIA REIS SILVA DOS SANTOS – Boa tarde a todos. Eu sou

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 36 DE 58

Laudiceia Reis, agente de endemias, trabalhadora do sistema de vigilância, dirigente do Sindsep. São muitas coisas para falar e é difícil organizar a nossa fala em tão pouco tempo, numa audiência pública que não faz um debate de fato. O projeto já chegou aqui dado. Os Vereadores, a base do Governo, já têm a sua decisão, eles são a maioria.

Mas é sempre bom a gente fazer uso do microfone para dizer que nenhum de nós aqui é vagabundo. Eu sou filha de uma servidora, professora de educação infantil aposentada, que também não é vagabunda, lutou muito para cuidar dos filhos e da família. E eu estou aqui para falar que a gente precisa de concurso público. Eu faço parte de um setor que é o setor de fiscalização, que é quem vai garantir que os serviços e que tudo aquilo que a população usa tenha qualidade e não traga danos.

Apesar dessa gestão ser negacionista e fazer coro com a galera que está bebendo detergente da Ypê, a gente precisa valorizar os trabalhadores que estão garantindo a saúde da população. Nós somos 1.954 agentes de endemias que têm que fazer a política de vigilância, fazer o combate à dengue, sem ter gente suficiente. São 12 milhões de habitantes para 1.500 agentes.

Nós não temos veterinários, não temos biólogos suficientes para dar conta do sistema de vigilância. Então, a gente precisa de concurso público. A gente precisa de Vereadores que trabalhem pela população e não fiquem provocando estudantes nas manifestações para poder fazer corte. É disso que a gente precisa.

Eu acho que a gente precisa inverter essa lógica de dizer que os servidores são vagabundos, porque a gente está todo dia na nossa unidade de trabalho fazendo o trabalho. A gente não está fazendo corte para o YouTube, não está lacrando nas redes, a gente está tentando dar conta da população com os poucos recursos que vocês deixam para a gente.

Por fim, eu quero falar do Hospital do Servidor, o HSPM, que esses dias estava com uma cascata de água caindo lá, enquanto tinha gente sendo operada no meio da água. É uma vergonha que vocês estejam nesta Casa abastada e toda bonita, enquanto as unidades da Prefeitura estão caindo aos pedaços. (Palmas) A população merece mais, os

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 37 DE 58

servidores merecem mais e a gente quer concurso público.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Laudiceia. O próximo será o Marcos Batistela, da FASP.

O SR. MARCOS GERALDO BATISTELA – Boa tarde. Em nome dos Presidentes desta audiência pública, Vereador João Ananias e Vereadora Sandra Santana, cumprimento os Vereadores presentes; o Vereador Sansão, Relator do projeto de lei que ora discutimos; e a Secretária Marcela Arruda, Secretária Municipal de Gestão, representante da Administração, com quem sempre temos mantido um diálogo bastante profundo e franco.

Cumprimento ainda a Rita, que assume hoje uma posição difícil, a chefia da Assessoria de Relações de Trabalho da Secretaria de Gestão, e desejo sucesso nos próximos anos nesse trabalho, que é importante para a Administração Pública Municipal.

A FASP representa mais de 20 mil servidores públicos: ativos, aposentados e pensionistas. Por meio de suas 13 entidades, sempre buscou manter um relacionamento construtivo e produtivo com a Administração.

Estamos hoje como convidados da Câmara Municipal para discutir um projeto de lei que diz respeito à revisão geral anual dos servidores públicos, cuja data-base é 1º de maio. Eu cresci em uma família bastante conservadora e, portanto, tive uma educação conservadora. Sempre fui ensinado de que não se convida ninguém para a sua casa para desrespeitar e ofender essa pessoa.

Por isso, pergunto aos Vereadores presentes: eles se sentiriam à vontade se, em suas casas, igrejas ou ambientes de trabalho, fossem destratados e chamados de vagabundos, por exemplo? Considerariam isso liberdade legítima de expressão? Considerariam isso liberdade legítima do debate parlamentar? Essa é uma questão sobre a qual talvez a Câmara Municipal precise se debruçar. Não é possível que a Câmara Municipal convide servidores públicos para debater um projeto de lei e permita que sejam ofendidos.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 38 DE 58

Parece-me que esta é uma questão premente no debate legislativo desta cidade. Não é a primeira vez que isso acontece; são várias vezes seguidas. Isso, desculpem-me, Vereadores, não é conservadorismo; é vulgaridade, desrespeito. Isso não é de direita nem de esquerda; é falta de educação.

Com relação ao PL nº 354/2026, Vereador, vou, se possível, usar um pouco do tempo do meu colega, Presidente da Mesa, uns três minutos, e dizer o seguinte: o PL nº 354/2026 causou grande frustração nos servidores públicos. Já tivemos oportunidade de levar isso à Secretaria de Gestão. Primeiro, porque parcela o reajuste; segundo, porque traz um conjunto de matérias – mais da metade do projeto – que não foram objeto das discussões travadas com a Secretaria de Gestão.

São matérias de interesse exclusivo da Secretaria de Educação, matérias controversas. Diria até que uma parte, especialmente a que trata dos servidores doentes e readaptados, é contrária à caridade cristã. Tudo isso deveria ser levado em consideração.

Também temos ouvido dos Vereadores que apoiam o Prefeito que houve, sim, a ruptura daquele paradigma de 0,01%. Houve essa ruptura, é verdade. No entanto, nos últimos quatro anos, os reajustes continuaram abaixo da inflação, e isso precisa mudar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Marcos.

Tem a palavra a Sra. Claudia Souza.

A SRA. CLAUDIA SOUZA – Boa tarde a todos e todas. Sou Claudia Souza, coordenadora pedagógica de CEI e militante do Semear Esperançar, pela corrente do PSOL

Início minha fala dizendo o seguinte: para aquele pirralho que veio nos ofender, sou servidora pública há 30 anos; completei este ano. Quem provavelmente nunca pregou sequer um preguinho em uma pedra de sabão, não tem o direito de falar de nós e nos ofender.

Destaco também que esse profundo desrespeito aos servidores está relacionado a uma geração que está sendo formada, forjada para odiar os servidores públicos. Sabem

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 39 DE 58

por que este projeto de lei amplia a terceirização e não prevê concurso público, ou seja, o aumento dos contratos? Porque nós, servidores públicos, somos concursados. Estudamos para passar em concurso público e servir à comunidade e à população. Por essa razão, não temos rabo preso com ninguém. Não temos conchavo com o Prefeito nem com seus asseclas nas regiões.

Então, torna-se necessário inserir, em um projeto de lei de reajuste salarial – que nem reajuste é –, esse “jabuti” da privatização, para tentar nos sufocar. Mas continuaremos resistindo e lutando, porque nossos filhos e as próximas gerações necessitam e merecem os serviços públicos que todos nós exercemos com excelência no chão dos nossos postos de trabalho.

E, por fim, Vereadora Silvia, sabe por que os CEIs diretos fornecem um serviço de excelência neste município? Porque, apesar do descaso do Governo, as professoras do CEI tiram dinheiro do próprio bolso para comprar luvas e lenços umedecidos, garantindo o atendimento das crianças. Independentemente da vontade deste Governo, que não se compromete em nada com a qualidade da educação, nós, no chão da escola, garantimos serviços de qualidade, apesar do vergonhoso repasse do PTRF, de 1.700 reais.

O que se faz dentro das unidades com um repasse de PTRF desse valor? Ontem, o Governo estava na zona Leste fazendo propaganda e dizendo que tem o maior respeito pelas mulheres. Que respeito é esse? A maioria de nós, servidoras, está sendo criminalizada ao adoecer, porque, se adoecermos, há corte de jornada e redução salarial. É esse o respeito que têm conosco? Reajustes divididos em duas vezes, pagos em dois anos?

Então, Vereadores presentes, faço o convite: venham conhecer nossas unidades diretas; venham conhecer o trabalho que executamos com excelência e rejeitem este projeto de lei da privatização deste Governo, que quer forjar curral eleitoral e não está preocupado com a cidade de São Paulo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Claudia.

Tem a palavra o Sr. Felipe Bazo Torres.

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 40 DE 58

O SR. FELIPE BAZO TORRES – Bom dia a todos os servidores, servidoras e Vereadores. Em primeiro lugar, quero dizer o seguinte: não há vagabundos aqui. Quero dizer também que não há ninguém que, ao longo de sua trajetória como representante dos trabalhadores, tenha apoiado o valor de 0,01%. Não conheço ninguém. Alguém conhece?

- Manifestação na galeria.

O SR. FELIPE BAZO TORRES – Pois é. Essa é uma mentira recorrente, assim como outras recorrências com as quais precisamos lidar.

Primeiramente, quero comentar que essa proposta é, pura e simplesmente, ridícula. Apenas 2%. “Ah, mas vai 1,48% para o ano que vem.” Não: são 2% este ano. Isso, em si, já é ridículo. E quero demonstrar como isso é ridículo não apenas à luz do que está sendo oferecido, mas também da nossa condição salarial.

Faço parte de uma carreira de nível universitário da Prefeitura de São Paulo. Isso reflete a condição da grande maioria dos trabalhadores que não estão na educação, mas em outras áreas. Nos últimos oito anos, a receita líquida da Prefeitura cresceu 135%. Apenas no período do Governo Ricardo Nunes, de 2021 a 2025, a receita líquida cresceu 70%. Nesse período, a inflação foi de 31%, segundo o IPC da Fipe. Nos últimos oito anos, a inflação acumulada foi de 52%, também segundo o IPC da Fipe. Sabe qual foi nosso incremento salarial nesse período? Eu anotei: 16,43%.

Portanto, se o valor de 2% já é ridículo em si, torna-se ainda mais ridículo diante da capacidade financeira que a Prefeitura possui para pagar aquilo que não paga. E o que a Prefeitura alega? “Não temos saúde financeira.” A Prefeitura não tem saúde financeira para conceder esse reajuste, mesmo batendo recordes de arrecadação? E a nossa saúde, a dos servidores, constantemente desvalorizados?

Mas isso não é contingência nem campanha; isso é um projeto. E, quando falamos em recorrência, é necessário repudiar a forma como a pseudonegociação vem sendo conduzida, porque não se discute absolutamente nada na mesa de negociação.

O que se faz lá é apresentar índices ridículos como os que estão sendo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21775** DATA: **12/05/2026** FL: **41** DE 58

apresentados, e dentro dos projetos não só não só se inserem temas estranhos que nunca foram discutidos como também temas para aniquilar o servidor público. Agora se faz isso com as carreiras da educação e se fez isso com as carreiras da administração, eliminando-se 38 mil cargos: 35 mil cargos de nível básico e médio e 3.300 cargos de nível superior, sem que sequer isso tenha sido discutido. A gente precisa dizer: o Governo Ricardo Nunes é um governo exitoso: exitoso na sua destruição. Temos que parar isso. Obrigado. (Palmas)

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Próxima, Vereadora Janaina Paschoal.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Obrigada, Presidente. Vamos lá. Obrigada Presidente. Cumprimento todos os Vereadores presentes, todas as pessoas que vieram manifestar seu posicionamento na manhã de hoje.

Anotei dois pontos que me chamaram muito a atenção, que é a questão dos concursados aprovados na área de saúde – e já vamos fazer um RI para abordar essa questão – e também a informação de que a maior parte das escolas não tem telefone. Eu considero isso muito sério e algo imperioso a enfrentar pela própria segurança das crianças. A colega que veio a esta tribuna falou bem da busca ativa. Então vou já usar todos os instrumentos que temos para corrigir essa situação.

Já é sabido, por outras várias reuniões, que eu tenho uma visão de que aqueles casos de neurodivergência ou autismo nível 3 precisam ser tratados de forma especializada e não nas turmas regulares. Eu sei que é um tema extremamente polêmico, mas essa é a minha visão desde sempre. Tenho já trabalhado essa questão por meio de alguns projetos, e contem comigo nessa pauta.

No que concerne ao projeto, eu gostaria de aproveitar a presença dos representantes da Secretaria de Educação e da Secretária Marcela para tirar algumas dúvidas. A primeira dúvida é relativa aos readaptados. Houve uma decisão judicial suspendendo esse parágrafo terceiro, que revoga o dispositivo que fala que o readaptado, no momento da readaptação, vai seguir ganhando o que estava ganhando naquele exato

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 42 DE 58

momento. O projeto revoga justamente o dispositivo que dá essa garantia, e a decisão judicial suspende esse dispositivo que revoga essa garantia.

Por outro lado, há um parágrafo segundo, que até tivemos a oportunidade de debater, que diz assim: “Os portadores de laudo de readaptação ficam impedidos de ingressar na jornada especial, salvo se estiverem em contato com estudante”. Então, eu entendi o seguinte: o cidadão readaptado, se ele é readaptado para uma atividade que permite que ele fique em contato com estudante, ele ganha a jornada especial. Mas na medida em que estão tentando revogar a garantia da manutenção do salário, o que é que vai entrar no lugar, entende? Então, se aquele readaptado que ganhava ‘x’ não tem condição de estar na atividade-fim, ele não vai ganhar a jornada especial na medida em que revogam esse dispositivo. O que é que ele vai ganhar? Isso não está claro. Li o texto várias vezes e entendo que nós temos que ter clareza. Então, eu peço essa explicação.

Há mais um ponto bem técnico também, que diz respeito ao artigo nono: “Os atuais titulares de cargos de professor de educação infantil poderão optar expressamente, uma vez, pela transformação do cargo de professor de educação infantil em cargo de ensino fundamental, desde que existam cargos vagos nesta classe”. Surgiu essa dúvida na CCJ. Eu quero entender o seguinte: nós temos o cargo da educação infantil e temos cargos vagos na educação fundamental. E aí esse profissional que tem interesse – ele, pessoa física, profissional – migra. Mas, aí, ele ocupa um cargo que já existia e sobra um cargo que vai ser ocupado por concurso de alguma maneira.

- Manifestação na galeria.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Calma lá. Não, gente. Vejam bem, eu preciso entender, por favor. A pergunta que eu estou fazendo é importante. Não adianta só vir aqui gritar e fazer discurso. É uma pergunta técnica. Ou cargo vai ser transformado? Vai sumir daqui e surgir lá?

- Manifestação na galeria.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Essa pergunta precisa ser respondida, porque,

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 43 DE 58

seja uma coisa ou outra, a redação está errada. Porque se você transforma um cargo em outro, como é que condiciona à existência de um cargo? Eu entendo que a Secretaria precisa explicar, porque nem eu, que já li três vezes, entendi essa parte. Tudo bem? Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Vereadora. Próximo, Vereador Celso Giannazi. Quero anunciar a presença dos Vereadores Sansão Pereira e Eliseu Gabriel.

- Manifestação na galeria.

O SR. CELSO GIANNAZI – Boa tarde a todas e todos os servidores. Eu gostaria de cumprimentar os membros da Mesa, meus colegas Vereadores e Vereadoras e também a Secretária de Gestão. Estou vendo a representante da Secretaria de Educação, mas não vejo nenhum representante da Secretaria da Fazenda, que seria muito importante, porque muito do que nós estamos discutindo aqui depende do orçamento.

Muitas entidades sindicais, muitos servidores já falaram. Por esse projeto, era para estarmos discutindo o RGA, que todo ano passa por esta Casa. Só que, desta vez o, Prefeito Ricardo Nunes encaminhou com o texto do RGA uma minirreforma administrativa contra a educação. Esse é o projeto que está sendo discutido, e não o índice salarial que o Prefeito propôs para nós.

Os servidores já tiveram quase 10% de perda salarial nos últimos dois anos. Então, o Prefeito propõe 2% para agora e 1,5% para o ano que vem, e um gatilho que provavelmente não vai ser atingido em outubro, novembro e dezembro, como está nesse projeto de lei. Nosso mandato acionou o CTEO, que é o órgão da Câmara Municipal capaz de calcular a capacidade de se atingir esse índice, e o resultado é que a probabilidade é baixíssima. Isso está no *site* da Câmara Municipal, é oficial. Então, o Prefeito encaminha um projeto que não dialoga com a necessidade da correção inflacionária do período. Esse é um ponto.

Mas não é só sobre isso que estamos falando. Estamos falando sobre as próprias condições de trabalho dos profissionais da educação, do conjunto dos servidores,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 45

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 44 DE 58

que são atacados frontalmente por esse projeto.

Faço um apelo à Secretária Marcela, porque as entidades sindicais presentes têm uma ação judicial válida que a Prefeitura não está cumprindo em relação aos readaptados. Colocar esse tema no PL nº 354/2026, que tramita nesta Casa, parece uma burla ao sistema judicial, a uma decisão judicial. É um desrespeito a uma decisão judicial e sobretudo um desrespeito ao conjunto dos professores readaptados. São quase 10 mil professores readaptados, que estão sendo punidos por terem ficado doente. Ninguém quer ficar doente, mas fica pelas péssimas condições de trabalho. Então, isso não deveria constar nesse projeto de lei.

Iremos apresentar, Presidente João Ananias e Presidente Sandra, um substitutivo da oposição para retirar esses assuntos relacionados à educação, porque promovem uma precarização da educação infantil e afrontam o concurso público. A Prefeitura, Secretária Marcela, está indo contra a própria decisão do Supremo Tribunal Federal que diz que o número de cargos efetivos tem que ser maior do que o de contratados. E, com esse projeto, caminharemos para ficar como a rede estadual, na qual metade dos servidores são da categoria “O”. Não podemos concordar com isso, pois há uma decisão do Supremo Tribunal Federal. E não dá para aceitar o índice proposta pela Prefeitura. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Próxima, Vereadora Keit Lima.

- Manifestação na galeria.

A SRA. KEIT LIMA – Boa tarde, gente, boa tarde a todos os professores e servidores públicos. Eu gostaria de falar um pouquinho sobre alguns dados, porque quando a gente está falando sobre aumento de servidores o que é dito é que não temos dinheiro. Então, eu gostaria de trazer alguns dados aqui, já que a gente está numa audiência pública; ou a gente está num grande teatro.

A cidade de São Paulo vai arrecadar quase 14 bilhões a mais. O próprio orçamento da Prefeitura prevê um crescimento de 11,3 de arrecadação. Isso não é fantasia.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 45 DE 58

Em 2024, a arrecadação já havia crescido 16,5. Ou seja, dinheiro tem, o que falta é prioridade política.

Mas me chamou muito a atenção, eu faço parte da Comissão de Finanças e Orçamento, que eu sou uma boa favelada que ama falar de dinheiro, e eu quero deixar aqui muito claro que não foi o PSOL, não foi o PT, foi a comissão técnica desta Casa que fez, porque está se falando muito sobre esse reajuste da segunda parcela, de 1,48% deste ano, que vai ocorrer entre novembro e dezembro.

Mas, pasmem, os dados mostram que para antecipar esse pagamento em novembro, a arrecadação teria que chegar a 76 bilhões até outubro. É isso que está no projeto de lei. E sabe qual é a chance de isso acontecer? 18%. E a chance para dezembro, segundo a equipe técnica da Casa, é 20%. Isso significa, que a gente precisa falar de um jeito bem favelizado, que existe 80% de probabilidade da segunda parcela não acontecer.

Eu acho muito triste a gente ter uma audiência pública para a gente debater os números, ouvir todo mundo e não fazer um grande teatro, como está acontecendo hoje, porque a gente já sabe muito bem o que a Base vai votar, o que a extrema Direita vai votar, porque nós sabemos que só existe mudança com a educação pública de qualidade.

E finalizo, Presidente, dando um recado para um bando de moleque do MBL, que vem chamar professor de vagabundo. Isso aqui é a Casa do Povo, não é o condomínio de vocês, de playboy, e vocês irão responder juridicamente porque a minha comunicação gravou. Chamar os professores de vagabundos não é aceitável na Casa do Povo. O que o professor trabalha em um dia, esse bando de playboy não trabalha a vida inteira.

A gente sabe que quem muda a história de vida de mulheres como eu, pobre e favelada, são os professores. Se hoje eu estou aqui é graças à resistência de professores que estão nas nossas periferias fazendo a mudança.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Tem a palavra a nobre Vereadora Luana Alves.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21775** DATA: **12/05/2026** FL: **46** DE 58

A SRA. LUANA ALVES – Salve. Boa tarde a todos os educadores, aos servidores da saúde, às lideranças sindicais, aos colegas Vereadores. Um pouco antes de eu chegar neste plenário, foi dito para mim que o moleque provocador teria vindo chamar servidores, professoras de vagabundos.

Você sabe o que é vagabundagem? Vagabundagem é parlamentar que não trabalha, que nunca visitou uma escola, que nunca visitou um hospital, que nunca fiscalizou um contrato da Prefeitura, provocar estudante de universidade pública para conseguir apanhar. Isso é uma vagabundagem, isso é uma prática folgada, preguiçosa, de gente que não tem nada para apresentar para a sociedade e só consegue crescer o próprio nome se aparecer nas redes sociais, para tentar se eleger; provocando, para depois fazer que apanhou.

Então, eu fico muito envergonhada com esse tipo de situação, porque isso deixa a Câmara Municipal muito menor do que ela deveria ser. Esta Casa de Leis não deveria nem ser um espaço para uma cambada de gente que quer aparecer. Eu não vou chamar de palhaço, porque essa é uma ocupação de algumas pessoas da cultura, mas eu chamaria dessa forma.

A Câmara não pode ser isso, a Câmara tem que ser um espaço de poder que pode modificar o que o Prefeito manda. Mais uma vez, eu faço o apelo aos meus colegas. A proposta que foi enviada de reajuste, que não é só reajuste, que é um ataque à educação infantil, pode e deve ser uma modificada por esta Casa. Nós apresentaremos o substitutivo junto à Bancada do PT.

Eu, como Líder do PSOL, já dialoguei com o Líder do PT, vamos apresentar um substitutivo que, primeiro, coloque um reajuste digno compatível com a inflação. Segundo, retire todo e qualquer ataque à carreira da educação infantil. Essa transformação do cargo de PEI em PEIF está na cara que é uma forma de entregar de vez a educação infantil para as conveniadas.

É uma falta de vergonha na cara desse Prefeito, o mesmo que é investigado na

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 47 DE 58

máfia das creches, fazer uma coisa dessa. Se tivesse o mínimo de vergonha, o Prefeito não apresentaria mais nada pelo resto do mandato, projeto nenhum relacionado à educação infantil, principalmente à terceirização da educação infantil.

Para finalizar, a gente quer que nesse substitutivo entre um ponto fundamental que todos os sindicatos levaram para as negociações, que o Prefeito ignorou, que é a questão das condições de trabalho. Não é apenas a questão do reajuste. Os professores estão sobrecarregados, estão adoecidos; o ambiente escolar, e não só escolar, mas da saúde também, está profundamente adoecedor. Tem que colocar concurso na negociação.

A gente exige que não seja só de reajuste, mas que seja um acordo com servidores para a gente conseguir ter melhoria na carreira, senão o apagão de professores que está próximo vai se acelerar, e a mesma coisa a gente vai sofrer em outra área do serviço público.

Parabéns a todos os sindicatos, aos companheiros. Mais uma vez eu repito: a nossa Bancada vai estar em obstrução a este projeto.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Próximo é o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Boa tarde a todas as entidades, todos os servidores. Queria cumprimentar a Mesa, na pessoa dos dois Presidentes, e as pessoas que estão representando o Governo.

Para mim, em audiência pública, eu tenho que entender os motivos pelos quais o Governo está propondo esse projeto. Quanto à questão do reajuste, já foi falado como o caixa da Prefeitura está muito bem. Mais ainda, se a gente pegar as despesas com o pessoal e comparar com a receita corrente líquida, a gente vai ver que tem uma diminuição. Nesse Governo, nunca chegou tão baixo a taxa, pois nós estamos perto de 27% do que se tem de despesa com o pessoal em relação à receita corrente líquida.

Então, a Prefeitura está bem de finanças, está gastando muito pouco com

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21775** DATA: **12/05/2026** FL: **48** DE 58

servidores, com o pessoal. Eu queria entender qual é o motivo de fazer duas parcelas, qual o motivo de a gente não ter um reajuste condizente para o servidor? Eu queria entender isso, tecnicamente, porque não me convence. Ou é uma vontade pessoal do Prefeito? Isso, eu queria entender.

Outra coisa também que eu queria entender é a questão dos readaptados. Milhares de servidores readaptados estão voltando para trabalhar. Na Cidade Tiradentes, vocês tiraram algumas barreiras no Transporte Escolar Gratuito e uma criança foi atropelada e chegou a óbito em uma das barreiras que foram retiradas lá agora.

Quem deu a readaptação foi um laudo médico, não foi vontade de um Vereador, do Prefeito e tudo mais. As pessoas estão voltando e deixando de ser readaptadas porque estão endividadas e precisam de 1/3 para trabalhar. Se morrer servidor público na sua tarefa, no seu local de trabalho, qual vai ser a discussão por esse Governo? Porque é isso que vai acontecer: gente vai morrer no seu local de trabalho porque não tem condição dessa readaptação do jeito que vocês estão tirando.

Eu também queria entender, tecnicamente, por que a gente está aumentando o número de contratos de 20% para 30%, se antes era 5%. Na pandemia, houve um motivo, votei contra, mas havia um motivo, não tinha tempo para concurso público, pela pandemia e tudo mais, então aumentou para 20%; agora está aumentando para 30%. Então, eu queria entender qual a justificativa da Secretaria, se não é mais o sucateamento da educação que vocês estão propondo para a cidade de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Vereador.

Tem a palavra a Vereadora Luna Zarattini.

A SRA. LUNA ZARATTINI – Boa tarde.

Nós não aceitaremos nenhum tipo de violência, nenhum tipo de desrespeito aos servidores e aos professores. O que aconteceu novamente nesta audiência pública é uma vergonha, porque são vocês, servidores e professores, que estão segurando a educação, a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21775** DATA: **12/05/2026** FL: **49** DE 58

saúde, a assistência e a cultura na cidade de São Paulo. Vocês não deveriam ser chamados de vagabundos nesta tribuna, vocês deveriam ser chamados de heróis, porque é isso que vocês são, nas condições de trabalho em que exercem as suas profissões. E nós estaremos na defesa dos servidores públicos, na defesa dos professores.

Esse projeto que veio da Prefeitura de São Paulo não é um projeto apenas de reajuste. Aliás, é um absurdo que esse reajuste não dê a valorização real e que ele venha parcelado. É um absurdo. É uma grande vaia que deveríamos dar para a Prefeitura de São Paulo, porque o trabalho de vocês é parcelado, por acaso, para vocês receberem de forma parcelada o reajuste? É um absurdo e um desrespeito. Isso, sim, é desrespeito, e está vindo da Prefeitura. E eu exijo, vamos exigir, discutir que vocês recebam um reajuste pleno.

Um segundo ponto: este projeto não fala apenas do reajuste, mas está mexendo na educação, e, principalmente, nos profissionais da educação infantil – sim, os profissionais que estão cuidando das crianças e dos nossos bebês. É absurdo que venha, em um projeto de reajuste, mudança, por exemplo, no PEI. Isso é um ataque à educação. E o que temos visto são muitos ataques de terceirização, de piora, de tentativa de privatização, mas nós estamos aqui para dizer que defenderemos os servidores públicos, defenderemos os professores, que estão sofrendo, que estão adoecendo com as condições que estão sendo dadas pela Prefeitura de São Paulo.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores já se posicionou em primeira votação e seguirá se posicionando, exigindo a retirada de todos os itens que destroem e atacam a educação na cidade de São Paulo. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Vereadora. O próximo é o Vereador Eliseu Gabriel. E, logo em seguida, vai falar o Secretário.

O SR. ELISEU GABRIEL – Boa tarde.

Ficamos cansados de tanto ataque que vem contra o servidor público, contra a educação. E, toda hora, nós tentando, lutando, lutando, lutando. É uma coisa incrível. Se não fosse a mobilização que vocês têm, já estaria tudo privatizado, já teria acabado tudo. É

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 50 DE 58

uma coisa horrorosa o que se faz aqui.

As pessoas precisam entender que servidor público é essencial para a democracia. Muito da violência que corre por aí, que hoje é um dos problemas mais graves do país, é porque as instituições públicas estão sendo dilapidadas. Esse é o problema.

Eu sou professor, então conheço mais escola, e conheço engenheiro, tudo. E uma escola precisa ter estabilidade para funcionar; os professores, da mesma forma, precisam ter estabilidade, não podem ficar sendo ameaçados toda hora. Uma hora vai tirar isso, outra hora tira aquilo, outra hora é 14%, outra hora é isso, outra hora vai terceirizar. Não é possível uma coisa como essa. E é preciso entender que os países desenvolvidos têm mais servidores públicos por habitante do que o Brasil.

A França tem quatro vezes mais. Os Estados Unidos têm o dobro, mais que o dobro. É preciso entender isso. Servidor público não é questão de gasto, é de investimento, é de vida digna para o cidadão. Não adianta ficarmos dilapidando as instituições e, depois, fazermos programas sociais para salvar aqui e ali. Não há condições de viver desse jeito.

O aumento que está sendo dado é ridículo, não é nem aumento.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão, Vereador.

O SR. ELISEU GABRIEL – Como?

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Conclusão.

O SR. ELISEU GABRIEL – Já acabou? Mas não foram nem cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – São três minutos, Vereador, porque a Secretária vai falar.

O SR. ELISEU GABRIEL – Já vou terminar.

Veja só, a barbaridade maior é mais uma ameaça à educação pública, ao servidor público como um todo: essa história de aumentar a possibilidade de haver terceirizados, convidar os amigos para entrar na escola.

Fico pensando uma coisa: é pública a educação? Se ela é pública, tem que ser pública inteira.

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 51 DE 58

- Manifestação na galeria.

O SR. ELISEU GABRIEL – É isso aí.

Se falamos: “Não, aquela escola vai ter um diretor de uma OS”, que, na verdade, está lá a mando de algum empresário, você acha que ele vai fazer a educação de acordo com os interesses públicos ou de acordo com o tal empresário? É lógico. Para uma escola é um empresário; para outra, é outro empresário. Cada um vai fazer o interesse específico. É por isso que eu digo: educação pública e servidor público têm que ser públicos de “a” a “z”, não tem essa de ficar terceirizando do jeito que está se fazendo. (Palmas) Isso é muito grave. E eu peço que a Prefeitura pense nisso, o Sr. Prefeito. Não é possível. E parem de fazer ameaça. É toda hora uma ameaça, toda hora um esvaziamento do servidor público. Depois reclama que tem violência, que tem isso, que tem aquilo, as crianças não aprendem direito. É claro, desse jeito que vai não funciona mesmo.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Vereador.

Pela conclusão.

O SR. ELISEU GABRIEL – Tem que parar, é?

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Tem.

O SR. ELISEU GABRIEL – Puxa, eu queria mais uma hora para falar.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Não, porque temos até às três horas para entregar aqui.

O SR. ELISEU GABRIEL – Está bom, então.

Parabéns a todas as instituições, aos sindicatos, a vocês, que estão lutando.

A luta continua.

Um abraço. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Vereador.

A próxima a falar é a Sra. Helena, que representa a Secretaria de Educação.

A SRA. HELENA DE SOUZA MARCON – Bom dia a todas e a todos.

Respondendo às dúvidas da Vereadora Janaina, primeiro em relação à

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 52 DE 58

transformação do cargo de PEI em PEIF.

Eu queria só destacar que é uma opção para o servidor. Não estamos tratando...

- Manifestação na galeria.

A SRA. HELENA DE SOUZA MARCON – ... de extinção da carreira. A carreira permanecerá existindo. E confirmei aqui: essa é uma nova abertura de opção. Em 2007, essa opção já foi aberta. E naquele momento o que se realizou foi a extinção daqueles cargos, porque eles foram transformados no cargo de fundamental. É isso que vai acontecer nesse momento. Não há preocupação com relação a esse número de cargos porque sempre o calculamos com uma margem maior do que de fato é necessário para as unidades. De fato, estamos falando de uma transformação de cargo.

- Manifestação na galeria.

A SRA. JANAINA PASCHOAL – Então por que condiciona à existência de cargo?

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Vereadora, não tem como, se ela não for a última falar, não vai dar tempo para o nosso encerramento.

A SRA. HELENA DE SOUZA MARCON – Porque o limite para a nomeação daquele cargo de PEIF é aquela quantidade aprovada em lei, e por isso não pode exceder o limite aprovado em lei. Tem que ter o cargo de PEIF.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Pessoal, se vocês não ouvirem... Ela está pedindo para falar mais alto, porque não estão ouvindo.

- Manifestação na galeria.

A SRA. HELENA DE SOUZA MARCON – Com relação à jornada, a JEIF, essa revogação que está sendo proposta é uma revogação para tornar clara a legislação.

Você perguntou: “Como fica a jornada desse profissional?” Ele fica na jornada básica, assim como os outros docentes que não atendem aos requisitos da jornada JEIF

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21775** DATA: **12/05/2026** FL: **53** DE 58

permanecem. Essa é uma revogação para tornar clara. Mas essa legislação, por ser antiga, já está revogada tacitamente, estamos apenas formalizando essa revogação.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. HELENA DE SOUZA MARCON – Mantém a jornada básica do docente.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Vamos deixar a representante da Secretaria de Educação falar, senão fica difícil, não vamos concluir. Por favor.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – A representante da Secretaria de Educação já concluiu a sua fala. Agora vai falar a Sra. Marcela Arruda, representando a Secretaria Municipal de Gestão.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Gente, vamos ouvir a representante da Secretaria de Gestão, por favor.

A SRA. MARCELA ARRUDA – Quero cumprimentá-los. Quero cumprimentar todos os representantes sindicais nas pessoas das presidentes Margarida e das presidentes representantes – Claudete, Norma. E nas pessoas delas, cumprimento todos os demais representantes, com os quais temos conversado ao longo dos últimos dias.

Após os esclarecimentos pontuais da educação, me resta falar da parte especificamente do ajuste, sem falar, sem, sem...

- Manifestação na galeria.

A SRA. MARCELA ARRUDA – Eu estou falando alto, bem alto, acho que é o som.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Se vocês não ouvirem, vai ser pior. Se vocês pararem de falar, vai dar para ouvir.

A SRA. MARCELA ARRUDA - Eu acho que é o som que precisa... Eu vou pedir para os técnicos de som, por favor, aumentar. Eu estou falando alto, acho que a Vereadora

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 54 DE 58

aqui do meu lado, está me ouvindo falando alto, eu já falo alto por natureza.

Vamos lá: eu gostaria de responder, Presidente, algumas questões pontuais.

Está melhor, agora está melhor? Só quem está no fundo, está melhor?

- Manifestação na galeria.

A SRA. MARCELA ARRUDA – Então, está bem, vocês avisem aí se ficar prejudicado.

São algumas questões pontuais no que diz respeito aos ajustes que têm sido feitos, ao longo dos últimos cinco anos, vou pegar o recorte de cinco anos. Eu sei que tem toda uma história, tem uma trajetória, e aqui não vou falar apenas do 0,01%, já foi dito aqui, e não é essa a minha sugestão. A minha sugestão aqui é só lembrar que, em 2021, iniciaram-se alguns acréscimos que não foram de reajuste, revisão geral anual, e sim nas carreiras. Iniciou, por exemplo, na carreira dos assistentes sociais - só vou pegar como exemplo os quadros que foram aqui mencionados - uma alteração de mais de 30%, o que indica hoje mais de 100% de aumento em relação ao piso nacional proposto pelo Governo Federal é de R\$5.050,00, e nós pagamos agora, com o último ajuste, vai para 4.400 reais o inicial. Esse é o piso hoje do quadro dos assistentes sociais.

Eu vou tentar responder quase todos os pontos, se vocês permitirem.

Em relação à Guarda, Rafael, com todo o respeito às suas considerações, e agradeço a lembrança, de fato, que foram ajustados os quadros todos iniciais da carreira. Na verdade, a carreira teve um aumento em todo o quadro, mas nos iniciais, todos. No caso da Guarda, nenhum dos iniciais, não foi a primeira linha que teve apenas 72%, mas a primeira, a segunda, a terceira classe. Isso o nosso site de pessoas pode demonstrar. Teve aumentos em patamares diferentes até de outras carreiras, em patamares de 30%, 40% e 60%, no caso da carreira específica.

- Manifestação na galeria.

A SRA. MARCELA ARRUDA - No caso da carreira específica...

- Manifestação na galeria.

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 55 DE 58

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Gente, nós estamos encerrando a audiência pública, se vocês não deixarem a representante da Gestão falar, vão sair daqui sem ouvir, depois vão reclamar, porque nós precisamos entregar este espaço, está bem?

A SRA. MARCELA ARRUDA - Eu gostaria que vocês entendessem que a minha fala não é nenhum combate à fala de vocês, eu gostaria que vocês perguntassem aos presidentes de sindicatos o respeito com o qual eu atendo os representantes sindicais, para os quais também foi apresentada a proposta que não diz respeito apenas à remuneração, mas sim a outros pontos que aqui hoje foram levantados. Proposta aqui, como saúde... Você quer que eu leia o protocolo, João Gabriel? Você quer que eu leia o protocolo apresentado para você, João Gabriel? (Pausa) Bom, eu posso aqui parar e ler o protocolo apresentado, mas, mais uma vez, mais uma vez aqui dizendo...

- Manifestação na galeria.

A SRA. MARCELA ARRUDA - Mais uma vez aqui dizendo que o que nós estamos propondo com a fala, não é um combate aos senhores, com os quais eu tenho muito respeito, desde a minha entrada, e isso faz quatro anos. Ao longo dos, ao longo dos...

- Manifestação na galeria.

A SRA. MARCELA ARRUDA - Sim, acho que é importante lembrar. É bom lembrar...

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) - Gente, vamos ouvir, se não, vamos ter que encerrar a atividade.

A SRA. MARCELA ARRUDA - É bom lembrar, sim, do vale-refeição. Nesses 4 anos, foram 59% de aumento no auxílio-refeição e, no auxílio-alimentação, 95%, dado público, gente.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Gente, por favor, eu posso encerrar a atividade, já passou o nosso horário.

A SRA. MARCELA ARRUDA - Isso pode ser contestado.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21775 DATA: 12/05/2026 FL: 56 DE 58

- Manifestação na galeria.

A SRA. MARCELA ARRUDA - Presidente, eu peço que coloque...

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Silêncio na galeria, silêncio.

A SRA. MARCELA ARRUDA - Alguém lembra quanto era o vale-refeição em 2021? Infelizmente, o vale-refeição em 2021 era R\$19,00; o auxílio-alimentação - aqui são dados públicos, Vereadora - o auxílio-refeição, em 2021 era de 19 reais. Isso não é suficiente, não é isso que a Gestão está dizendo. O auxílio-alimentação, em 2021, começava a partir de 3,83; nos anos 21, 22, 23, 24, 25, 26 - Vereadora, são dados públicos aqui apresentados - a soma desses aumentos é 59% e 95%. Eu não estou dizendo que é suficiente. Então é importante reconhecer isso, é importante reconhecer. O que nós não podemos aqui é desprezar os dados em relação ao que foi apresentado. Não existe na minha fala, dizendo aqui, que esse valor não possa ser futuramente adaptado.

- Manifestação na galeria.

A SRA. MARCELA ARRUDA - Vereadora, eu vou pedir que a senhora veja, são dados públicos.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Deixem a Secretária concluir, gente, por favor, é questão de ordem, se não nós vamos ter de colocar, acabou o tempo...

A SRA. MARCELA ARRUDA - Eu estou tentando responder, porque eu concordo que alguns pontos merecem ser esclarecidos, e com o mesmo respeito que eu trato todos em meu gabinete. Ao longo dos últimos anos, nós somamos hoje 7 bilhões de reais em investimento no que diz respeito à folha de pagamento.

Essa proposta de hoje, a proposta apresentada nesta Câmara, como já demonstrado, representa cerca de 1,5 bilhão de reais, esse é só o valor do percentual no que diz respeito à revisão. Esse número também pode ser constatado nas apresentações e nos dados públicos, que temos no nosso site dos servidores.

Presidente, o que estamos apresentando aqui é uma sequência de investimentos que, somados, completa-se com essa proposta em valores, são 9 bilhões de reais. A

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **21775** DATA: **12/05/2026** FL: **57** DE 58

proposta apresentada aos sindicatos foi um compromisso meu, enquanto Secretária de Gestão, que responde por questões gerais, não específicas, como vocês sabem, têm as questões específicas, mas é um compromisso para dar continuidade, não encerrar essa discussão apenas com o RGA, mas de retornarmos, caso os senhores assim aceitem, claro - isso depende das conversas sindicais – é retornar a conversas individuais, e sim, pode ser com a GCM, pode ser com os analistas ambientais, pode ser com os contadores, pode ser com os assistentes sociais, mas esse compromisso também diz respeito...

- Manifestação na galeria.

A SRA. MARCELA ARRUDA - Esse ponto... Senhores, só para encerrar, eu posso encerrar se vocês não quiserem ouvir, eu já vou encerrar.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Gente, só para ela encerrar, só para encerrar, galeria, por favor.

A SRA. MARCELA ARRUDA - Já vou encerrar. Eu quero dizer que a minha fala no que diz respeito ao RGA e aos concursos públicos, há alguma pergunta também. Nós tivemos de 2021 até 2026 29.612 novos nomeados, e aposentados no mesmo período, menos da metade disso. Para a educação 17.734. São números em relação aos últimos concursos públicos, inclusive de carreiras que há 20 anos não tinham concurso público.

Encerrando, na proposta do Governo, nesse compromisso, Sr. Presidente, não é dar por encerrada qualquer discussão com uma audiência como essa, mas é de dar continuidade, sim, ao nosso compromisso de revisão das nomeações, que é o maior número alcançado dos últimos períodos. São 30 mil novos servidores públicos, que se somam hoje, dentro dos 130 mil. É um compromisso dar continuidade às conversas que temos com os servidores, seja no que diz respeito à parte financeira e na parte não financeira. Esse é o meu compromisso com os servidores da Prefeitura de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (João Ananias) – Obrigado, Marcela. Gente, eu queria dizer para vocês que nós tínhamos um compromisso de ficar com este espaço até às 13h,

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 59

REUNIÃO: **21775** DATA: **12/05/2026** FL: **58** DE 58

mas já acabou o nosso tempo. Tentamos negociar com o Governo, que é quem vai fazer a próxima reunião, a CPI, mas não teve como negociar. Então, estamos encerrando a nossa atividade.

Declaro encerrada a audiência do PL nº 354/2026.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Obrigado, gente.